



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA  
GRANDECENTRO DE FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE  
CIÊNCIAS SOCIAIS CURSO DE  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**A POLÍTICA EXTERNA DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)  
SOB OOLHAR DA MÍDIA: ANÁLISE CONTRAPOSTA ENTRE  
DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS E A CHAMADA GRANDE  
IMPrensa**

**RAFAELA VIEIRA DOS SANTOS**

**CAJAZEIR-PB  
2024**

**RAFAELA VIEIRA DOS SANTOS**

**A POLÍTICA EXTERNA DE LULA (2003-2010) SOB O OLHAR DA  
MÍDIA: ANÁLISE CONTRAPOSTA ENTRE DOCUMENTOS  
GOVERNAMENTAIS E ACHAMADA GRANDE IMPRENSA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

**Orientadora:** Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa

**CAJAZEIR-PB  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

S237p Santos, Rafaela Vieira dos.  
A política externa de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) sob o olhar da mídia: análise contraposta entre documentos governamentais e a chamada grande imprensa / Rafaela Vieira dos Santos. – Cajazeiras, 2024.

62f.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2023.

1. Política e Governo - Brasil - 2003-2010. 2. Luiz Inácio Lula da Silva - Política externa. 3. Imprensa na política. 4. Economia brasileira. 5. Governo Luiz Inácio da Silva – Abordagens jornalística. 6. História social. 7. Nova história política - 2003-2010. 8. Folha de São Paulo. 9. Estadão. 10. Política Externa - Brasil 2003 a 2010. 11. Revista Veja. 12. Imprensa - Formadora de opinião. I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU-32:070.1(81)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

RAFAELA VIERA DOS SANTOS

A POLÍTICA EXTERNA DE LULA (2003-2010) SOB O OLHAR DA MÍDIA:  
ANÁLISE CONTRAPOSTA ENTRE DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS E  
A CHAMADA GRANDE IMPRENSA

Aprovado em: 29/04/2024

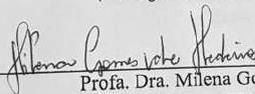
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Silvana Vieira de Sousa  
(Orientadora – UACS/CFP/UFCG)



Prof. Ms. Francinaldo de Souza Bandeira  
(Examinador – UACS/CFP/UFCG)



Prof. Dra. Milena Gomes de Medeiros  
(Examinadora – UACS/CFP/UFCG)

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa  
(Suplente – UACS/CFP/UFCG)

CAJAZEIRAS – PB  
2024

## AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus, que sempre foi uma força maior para mim. A quem sempre entreguei meu caminho, e Ele sempre estará comigo em qualquer lugar, e a qualquer hora. A minha mãe Francisca Selma Vieira e ao meu pai Luciano Vieira, que sempre calmos esperaram e me ajudaram nessa jornada da faculdade. Trabalhando longe, de viagens em viagens, ao meu pai que trabalha a noite e nunca deixou faltar nada, principalmente com conselhos. A meus irmãos Jéssika Lareka e Gustavo Vieira que apesar de nossas brigas, são os únicos que tiram as minhas melhores gargalhadas, os únicos que quero ver melhor que eu. Irmãos estarão ali sempre de uma maneira que ninguém mais pode estar. Aos meus avós, Lito e Maria que são a razão de tudo, o alicerce de nossa família. Ao meu grupo de infância “AS DE SEMPRE” que nos momentos mais árduos e difíceis tinham sempre uma palavra de incentivo, fazendo com que o meu ânimo e a minha autoestima fossem avivadas, e que sempre acreditaram no meu potencial. A todos os meus professores que tive desde os primeiros anos escolares, os quais auxiliaram na minha construção como pessoa e profissional, transmitindo-me os mais nobres princípios existentes nesta vida, como a amizade, a honestidade, a verdade e a lealdade. Aos colegas da Faculdade em especial aos colegas Katiana Vale, Walber Vieira, Isadora Rolim, Mayara Leite, Laryssa Deyziane, Luan Sousa, Saníel Simplicio, Geraldo Mesquita, Vitória Maria, Sabrina Severo, Taywany Gomes e Aparecida Cesário com as quais tive o prazer e a honra de viver a experiência maravilhosa que é a vida acadêmica. Quero expressar a minha gratidão a Professora Silvana Vieira de Sousa, minha orientadora, que, com grande paciência, dedicação e entusiasmo pela sua profissão, esteve ao meu lado, oferecendo apoio, auxílio e estímulo durante a realização deste trabalho acadêmico. Mesmo diante das adversidades, o seu apoio foi fundamental para a conclusão da minha graduação. Gostaria de expressar minha gratidão pelo reconhecimento e pela disposição demonstradas pelos professores Milena Gomes de Medeiros e Francinaldo de Souza Bandeira ao aceitarem fazer parte da banca examinadora deste trabalho. Sua colaboração foi fundamental para enriquecer e aprimorar o conteúdo que elaborei, durante minhas etapas finais de curso. Por fim, quero agradecer a todos que estiveram ao meu lado, me apoiaram e colaboraram para que eu alcançasse sucesso ao longo de toda a minha trajetória educacional e acadêmica. É importante reconhecer que a graduação representa apenas mais um passo na nossa jornada de aprendizado

contínuo, pois nunca conhecemos tudo e permanecemos eternos aprendizes. Expresso a cada um o meu sincero agradecimento!

## RESUMO

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar a cobertura da imprensa da política externa do governo Lula no período 2003 a 2010 por de alguns veículos de comunicação, a exemplo do *Folha de São Paulo*, o *Estadão* e revista *Veja*. Serão examinadas as narrativas e a tendênciade cobertura da imprensa em relação às ações diplomáticas desse tempo. Os principais jornais do Brasil, como a *Folha de São Paulo*, o *Estadão* e a revista *Veja*, tiveram um papel relevante para o bem ou para o mal, ao cobrir em suas coberturas sobre o desenvolvimento econômico. Essa pauta, enquanto essas publicações frequentemente abordavam os desafios e críticas à gestão econômica durante o governo Lula, os dados oficiais retratavam um cenário mais otimista, com indicadores de crescimento, redução da desigualdade e sucesso em políticas sociais inclusivas. Pontuamos ao final que a divergência entre a narrativa da imprensa e as informações do governo ressalta a complexidade da interação entre mídia e política, enfatizando a necessidade de uma análise crítica da informação divulgada pelos meios de comunicação. Essa pesquisa situa-se no campo da História social com interfase na chamada nova História política, tendo sido importante o diálogo com autores dos quais os mais importantes foram Celso Amorim, Rubens Ricupero e entres outros. O propósito do estudo é oferecer uma compreensão abrangente do papel da mídia na formação da opinião pública sobre a política externa do Brasil durante a gestão de Lula.

**Palavras-chaves:** História social; Nova História política; Política externa do governo Lula; Imprensa; Folha de São Paulo, Estadão, Revista Veja.

## ABSTRACT

The objective of this work was to analyze the press coverage of the Lula government's foreign policy from 2003 to 2010 by some media outlets, such as Folha de São Paulo, Estadão and Veja magazine. The narratives and the trend of press coverage in relation to diplomatic actions at that time will be examined. The main newspapers in Brazil, such as Folha de São Paulo, Estadão and Veja magazine, played a relevant role, for better or worse, in their coverage of economic development. This agenda, while these publications often addressed the challenges and criticisms of economic management during the Lula government, official data portrayed a more optimistic scenario, with indicators of growth, reduced inequality and success in inclusive social policies. We point out at the end that the divergence between the press narrative and government information highlights the complexity of the interaction between media and politics, emphasizing the need for a critical analysis of the information disseminated by the media. This research is located in the field of Social History with an interface in the so-called new Political History, and the dialogue with authors, the most important of which were Celso Amorim, Rubens Ricupero and among others, was important. The purpose of the study is to offer a comprehensive understanding of the role of the media in shaping public opinion about Brazil's foreign policy during Lula's administration.

**Keywords:** Social history; New political history; Lula government's foreign policy; Press; Folha de São Paulo, Estadão, Veja Magazine.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I – Economia e Política Externa nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva: abordagens dos jornais e revistas</b>	<b>12</b>
1.1 O objeto de estudo na História.....	12
1.2 O campo teórico e o objeto de estudo.....	15
1.3 O campo metodológico e o objeto de estudo.....	18
<b>CAPÍTULO II – Ano 2010 no Brasil, tempo, espaço e contexto do problema. ....</b>	<b>22</b>
2.1 Breve histórico da economia brasileira antes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva .....	22
2.2 O legado do PT: avanços e impactos na vida dos trabalhadores brasileiros.....	26
2.3 Legado da política econômica de Lula para o Brasil .....	31
<b>CAPÍTULO III - Política externa no governo Lula e o papel da imprensa da divulgaçãoe</b>	
<b>ocultação. ....</b>	<b>36</b>
3.1 Contextualização sobre a importância dos jornais e a imprensa na sociedade e napolítica.....	36
3.2 A visão de alguns veículos da imprensa: Folha de São Paulo, Estadão, a revista Veja.....	42
3.3 A política externa na documentação oficial do governo, o outro lado da notícia: site oficialGOV-BR....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise crítica da cobertura de alguns jornais e revistas sobre a política externa de Luiz Inácio Lula da Silva. A partir disso, essa pesquisa se justifica pelo interesse acadêmico em explorar o campo da História Política, administrativa e temática, sendo essencial para a compreensão da história. O propósito deste estudo consiste em examinar as políticas econômicas implementadas durante o período do governo Lula e examinar como a mídia recebeu e reagiu às diversas abordagens relacionadas a essas políticas. Ao longo de oito anos, o governo de Lula utilizou diferentes abordagens para fomentar a economia e estabelecer o Brasil como um país de destaque internacional.

Quando nos deparamos com o texto pela primeira vez, pode haver quem acredite que ele tenha sido gerado de forma instantânea, nascendo no primeiro contato dos dedos do escritor com as teclas do computador e encerrando-se no preciso momento em que a última página foi impressa. No entanto, tal suposição é equivocada! Em primeiro lugar, vale ressaltar que essas palavras surgiram após um extenso, intenso e até mesmo doloroso percurso de encontros e desencontros, revisões e reanálises, trocas de ideias, reflexões teóricas e questionamentos variados. O percurso foi longo.

Ao dar os primeiros passos no meio acadêmico do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Campus Cajazeiras – PB, percebi efetivamente a relevância da política e da criação de uma consciência crítica no desenvolvimento de cada indivíduo. Neste caso, o propósito deste estudo é refletir sobre os objetivos e interesses presentes na política econômica durante os dois mandatos do governo Lula. Dessa forma, pude perceber a importância social e acadêmica desse assunto, que se baseia em compreender quais têm sido, ao longo dos anos, os métodos buscados pela diplomacia brasileira para promover e orientar as ações políticas no cenário internacional, visando instigar uma consciência crítica na população por meio deste estudo.

Inicialmente, ao buscar as fontes bibliográficas disponíveis, deparei-me com uma grande quantidade de estudos dedicados ao governo de Lula. Contudo, diante das inquietações e questionamentos sobre como Lula conduziu o Brasil para se tornar a sexta maior economia global, surgem incertezas sobre o objetivo que a tese a ser problematizada deveria abordar.

A metodologia utilizada nesse trabalho consistiu na análise crítica da documentação consultada por meio, a qual consistiu de alguns artigos, livros, jornais e os sites. Os textos utilizados mostram que durante a era Lula, houve um período de desenvolvimento econômico, redução da pobreza e aumento do consumo. Logo, é fundamental examinar a abordagem de Luiz Inácio Lula da Silva em relação à política externa, a qual se caracterizou por alterações substanciais no modo como o cenário político brasileiro era gerido e nas medidas adotadas pelo governo. Essa análise minuciosa se faz imprescindível nesse contexto.

O elemento de maior relevância desse trabalho é compreender a abordagem da imprensa convencional em relação à política externa de Lula, a qual foi colocado em destaque no capítulo final deste estudo. Nele, analisamos a atuação da imprensa durante o governo Lula, suas publicações e omissões em diversos jornais e revistas, além do próprio Documento do Governo para evidenciar a perspectiva não explorada na divulgação.

Sob uma análise histórica, esta pesquisa acadêmica foi fundamentada nos seguintes autores: Celso Amorin, e sua obra *A Política Externa Brasileira no Governo do Presidente Lula (2003- 2010): uma visão geral*, a qual aborda que o período entre 2003-2010 teve constante evolução na economia do país foi observada, junto com uma posição de destaque no cenário global; também recorremos a obra de Rubens Ricupero: *A Política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Á sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intrasferível*. Onde ele trata os avanços e retrocessos na atuação do governo Lula no campo da política externa. Já o texto de Adriano Charles Cruz em: *A charge no governo Lula: crítica e resistência ao neoliberalismo*, mostra que no início do primeiro governo Lula (2003-2006), as práticas neoliberais estavam em evidência na mídia. Ele analisa três jornais do Nordeste e mostra como os chargistas representaram as mudanças econômicas e políticas de maneira irônica, construindo uma memória carnavalizada da história recente do Brasil. E entres outros que serviram de base teórica para essa pesquisa.

Quanto à estruturação do trabalho, no Capítulo I – “Economia e política externa nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva”, busquei fazer uma breve abordagem das políticas econômicas brasileira praticada pelo presidente Lula, e também a definição dos conceitos dos campos da historiografia relacionados à compreensão da História Política e da História Econômica, bem como a assimilação dos conceitos de política, poder e políticas públicas.

No Capítulo II: “Ano 2010 no Brasil, tempo, espaço e contexto do problema”, a prioridade foi mostrar a contextualização histórica econômica do Brasil antes do Governo Lula. Nesse capítulo foi mostrado, como se deu o surgimento do PT, e as circunstâncias na qual o partido foi criado. Trabalhei também o legado do PT, os avanços e impactos na vida dos trabalhadores brasileiros, e por fim, analisamos a política econômica de Lula, marcadas por diversas ações que visavam impulsionar o desenvolvimento econômico, diminuir a disparidade social e consolidar a estabilidade macroeconômica da nação.

O terceiro Capítulo: “Política Externa no governo Lula e o papel da imprensa: divulgação e ocultação”, expressa todo um caminho percorrido nos capítulos anteriores desta pesquisa, pois eles foram fundamentais para chegar à conclusão do trabalho. Neste capítulo, busquei fazer as análises embasadas na contextualização sobre a importância dos jornais e a imprensa na sociedade, considerando que a imprensa em geral abordou intensamente o período de crescimento econômico na era Lula. Assim, analisei um breve esboço acerca da imparcialidade/parcialidade da imprensa brasileira para entender como a política externa de Lula foi amplamente discutida na mídia. Através disso, trabalhei a visão alguns veículos da imprensa como um lado imparcial, conseguindo alocar o jornal *Folha de São Paulo*, o *Estadão*, e a Revista *Veja*. Para mostrar o outro lado da divulgação da imprensa, fiz uma análise da política externa na documentação do governo. Desse modo, o terceiro capítulo quis mostrar que embora Luiz Inácio Lula da Silva tenha enfrentado desafios e críticas, os resultados obtidos e o legado deixado são significativos e contribuíram para consolidar a posição do país um dos mais relevantes no mundo.

1.

## **CAPÍTULO I - ECONOMIA E POLÍTICA EXTERNA NOS GOVERNOS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: ABORDAGENS DOS JORNAIS E REVISTAS.**

*“Não há nada de errado com aqueles que não gostam de política, simplesmente serão governados por aqueles que gostam”.*

*(Platão)*

### **1.1. O OBJETO DE ESTUDO NA HISTÓRIA**

A presente pesquisa se constituiu em uma análise a partir de como alguns dos principais meios de divulgação, especialmente os jornais do momento, que abordaram a política externa e o setor econômico do Brasil nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Alguns dos principais jornais do momento acerca da política externa e do crescimento econômico do Brasil nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Essa pesquisa justifica-se como interesse acadêmico por uma abordagem no campo da história política, administrativa, e temática importante para a história, ou seja, este trabalho observa as políticas econômicas brasileira praticada pelo presidente Lula, e como a imprensa reagiu à ampla gama de abordagens em relação às suas políticas, que variaram ao longo dos oito anos de seu mandato 2003-2010, cuja o lema era aumentar a economia e transformar o Brasil um protagonista internacional.

Primeiramente, ao ingressar no universo acadêmico do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Campus Cajazeiras – PB, entendi, de fato, a importância da política e da construção de uma consciência crítica para a formação de cada cidadão. Em outras palavras, a pretensão deste trabalho é fazer uma reflexão sobre os objetivos e os interesses utilizados na política econômica nos dois mandatos do governo Lula. A partir disso, compreendi a relevância social e acadêmica desta temática, que está ancorada a entender, quais têm sido, ao longo do tempo, os mecanismos buscados pela política externa brasileira, com meio de projetar e direcionar as ações políticas no exterior, para com este trabalho formar uma consciência crítica dos cidadãos.

A princípio, ao pesquisar as referências bibliográficas produzidas, encontrei muitos trabalhos elaborados acerca do governo Lula, porém, com os questionamentos

e indagações sobre o governo Lula de como ele levou o Brasil a sexta maior economia do mundo, surgem dúvidas em qual deveria ser o propósito da tese que iria problematizar. Apoiado a isso, Daniela Cristina Comin Rocha (2013) salienta que o papel da América do Sul foi destacar uma postura mais ativa do Brasil no sistema internacional com objetivos gerais de sua referida política externa. Neste sentido, a autora supracitada examinou em suas referências bibliográficas, que um dos principais conceitos presentes na política externa, para a crença que o Brasil estaria destinado a ocupar um lugar de grandeza no cenário internacional, foi a estratégia adotada pelo uso do multilateralismo. No qual, é compreendido pelos *polis makers* brasileiros, como uma forma do país adquirir protagonismo internacional, com os objetivos de se tornar grande potência. Sob isso, ela verificou que o Brasil passa a buscar uma participação em nível de igualdade, com grandes potências almejando reconhecimento, ao final da Primeira Guerra Mundial com a criação da Liga das Nações.

É de suma importância entender o que é política externa, pois ela é um importante instrumento de promoção de desenvolvimento para o Brasil. Visto que, os objetivos da política externa é procurar proteger os interesses nacionais de um país, visando a segurança nacional, valores e prosperidade econômica, e as relações com os demais países do mundo. No que se refere a política externa de Lula, como afirmava o ministro das Relações Exteriores

– Celso Amorim (2010, p. 216), de fato, “pode-se afirmar que houve uma continuidade no desenvolvimento econômico nacional e um lugar de destaque no cenário internacional. Na sua interpretação, em 2002 os países não membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) das exportações brasileiras eram inferiores chegando a apenas 38,5 %, e já em 2009 representavam um aumento de 57%”.

Além disso, a economia brasileira sentiu menos impacto da crise financeira de 2008- 2009. Uma que vez que, a política adotada pelo governo brasileiro com a expansão do mercado interno contribuiu para que o Brasil não sentisse tanto impacto na crise financeira. Porém, a diversificação das exportações brasileiras não mais dependesse de países ricos, mas com ênfase em outros em desenvolvimento, foi alvo de duras críticas, pelo próprio Brasil. Essa sempre foi uma das estratégias diplomáticas de Lula desde o início, muitos antes da crise financeira mundial.

Logo, observa-se que o presidente Lula para fazer crescer a economia escolheu como caminho a proximidade com outros grupos de países como a China,

com sua política externa estruturada no multilateralismo. No governo Lula, a China se tornou de vez os parceiros comerciais, e também vários países africanos e centro Americanos tornaram-se aliados. Lula tinha interesse muito grande de aumentar o número de países com o que o Brasil se relacionava, querendo ser o líder dos países menos desenvolvidos do mundo e canalizar esse grande número, que significava uma grande quantidade de votos em organizações internacionais para os avanços dos interesses do Brasil.

Além disso, o seu Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim em seu artigo, “A Política Externa Brasileira no Governo do Presidente Lula (2003- 2010): uma visão geral. (2010)”, mostra que a política externa do ex-presidente é famosa pela “Autonomia da Diversificação”, por ter escolhido o multilateralismo em detrimento da aproximação com os Estados Unidos como também redefiniu o que era o multilateralismo para o Brasil expandindo essa definição. Para isso, o país conseguiu se integrar com todos os inúmeros países, principalmente por conta de ser um super produtor de petróleo, trigo, soja e café. Com isso, o Brasil se enriqueceu bastante e todos os países em desenvolvimento queriam se unir ao Brasil, para viabilizar essa política de menos desenvolvidos. Lula então utilizou canais de comunicação com esses outros países, abrindo 67 novas embaixadas e consulados em países pelo mundo, e foi exatamente isso que possibilitou essa política, viabilizando a comunicações dos países, que seria por exemplo: as conferências da ONU e as reuniões internacionais. (AMORIM, 2010).

Por outro lado, Rubens Ricupero que tem uma vasta experiência como educador, advogado, diplomata e autor no Brasil. Foi Ministro da Fazenda, do Meio Ambiente e da Articulação de Ações na Amazônia Legal durante o governo Itamar Franco, analisa que a política externa e econômica de Lula foi motivada pelo desejo de aproveitar as oportunidades no âmbito global e se desdobrou em quatro eixos principais desde o início. Segundo o autor, o primeiro eixo consistiu em buscar o reconhecimento do Brasil como um ator político global de destaque no sistema internacional e na busca por uma posição permanente no Conselho de Segurança da ONU, além de participar de outros grupos, como o G-20, Brics e Ibas, que foram recentemente criados. (Ricupero, 2010).

O segundo eixo consistiu na consolidação de condições econômicas internacionais favoráveis ao desenvolvimento a partir da agricultura, com o objetivo explícito de concluir a Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio), sendo sua principal finalidade coordenar as negociações para a liberalização do

comércio. O terceiro eixo aponta para a importância das relações Sul-Sul, impulsionadas pela emergência da China, Índia e África do Sul, bem como pela retomada do crescimento africano. Por fim, o quarto eixo refere-se ao desenvolvimento do Mercosul como um espaço político, estratégico, econômico e comercial.

É perceptível que a política externa de Lula mostrou avanços de diferentes naturezas, mas o objetivo de fortalecer as relações Sul-Sul foi efetivamente alcançado, diferentemente dos outros casos em que os interesses não foram plenamente atendidos. De acordo com a interpretação de Ricupero (2010), esses foram os principais pilares adotados pela política externa durante os governos de Lula.

Observa-se que durante a chamada era Lula, que compreendeu os anos de 2003 a 2010, a economia brasileira passou por um período de crescimento e estabilidade. O governo adotou uma série de políticas econômicas que contribuíram para a redução da pobreza, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população. Sendo das principais características desse período o fortalecimento do mercado interno. O governo implementou programas sociais, como o Bolsa Família, que beneficiaram milhões de famílias de baixa renda, reduzindo a desigualdade social e estimulando o consumo. Além disso, houve um aumento significativo do salário mínimo, o que também contribuiu para o aumento do poder de compra da população. De acordo com o ministério da fazenda:

“Em variação absoluta, foram as transferências a famílias que mais se expandiram de 2002 a 2009. Responsáveis por cerca de metade da ampliação das despesas não-financeiras, elas embutem os aumentos reais do salário mínimo, que serve de piso para mais da metade delas, e pelos programas sociais de transferência de renda.” (Brasil, 2010, p. 116).

Em resumo, a chamada era Lula foi marcada por um período de crescimento econômico, redução da pobreza e aumento do consumo. Portanto, é necessário compreender como foi a política externa adotada por Luiz Inácio Lula da Silva, em que sua política foi marcada por mudanças significativas na forma como a política brasileira era conduzida e nas políticas implementadas pelo governo. E é neste aspecto que há necessidade de aprofundamento sistemático.

## 1.2 O CAMPO TEÓRICO E O OBJETO DE ESTUDO

Para o estudo da pesquisa sobre a política externa na era Lula, faz-se necessário situar os campos historiográficos do que se entende por História Política e História Econômica, e compreender os conceitos de política e poder, e políticas públicas. Assim, portanto, é preciso um pequeno esboço destes campos para questionar como houve aumento na economia brasileira na era Lula, justamente por ser algo que discorre da tomada de decisões políticas. Com isso, compreende-se que, desde do Antigo Regime os conceitos de política e poder estavam diretamente associados ao Estado, à Nação, e aos mandatários. A História política por muitos anos foi esquecida, porém não é, e nem deve ser abandonada pela História.

Alguns conceitos básicos devem ser conhecidos quando se fala o que é História política, René Rémond discorre que:

No Antigo Regime, a história era naturalmente ordenada tendo em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia. As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre as ideologias políticas. (Rémond, 2003, p. 15).

Tal citação leva-nos a compreensão que havia chegado a hora de passar a história dos tronos e das dominações, para a dos povos e das sociedades. Então, a História política dirigia um novo olhar para as massas, de compaixão pelos deserdados, a solidariedade com os pequenos, a simpatia pelos "esquecidos da história". Inspiravam um vívido desejo de reparar a injustiça da história para com eles e restituir-lhes o lugar a que tinham direito. Em vista disso, a História política voltou-se para o Estado e para a nação. Como analisa René Rémond sobre a organização da política:

Nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política; é também o principal objeto das competições. (Rémond, 2003, p. 21).

Nesta perspectiva, a História política se organiza em torno do conceito de

“poder”, uma vez que, o poder sempre emana do Estado ou das grandes instituições capazes de destronar um rei e impor uma nova ordem. Deste modo, a História política consiste em questão de maior importância, na mobilização do poder e sua tradição na tomada de decisões. Em outras palavras, a História política consiste em compreender como o poder é buscado, exercido, desafiado e negado. (Cardoso; Flamarion, 1997). Logo, Max Weber (1991, p. 33), considera que: “O poder é a forma de impor a própria vontade em relações sociais estando nos campos institucionais e pessoais. O poder vai ser demonstrado dentro da esfera política com decretos, leis e com ações políticas que o Estado demostre esse poder”.

No mesmo raciocínio, Francisco Falcon, (1997, p. 97) salienta que: “História e poder são como irmãos siameses — separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível”. Desse modo, percebe-se um consenso entre os historiadores que a História política trata necessariamente do poder. Portanto, e no essencial, a História política toma como objeto de investigação tudo o que se relaciona com o poder. Da mesma maneira que “Cultura” rege os caminhos internos da História Cultural, a palavra “Poder” rege os caminhos internos da História Política. (Barros, 2009, p.149).

Neste caso, “Política” e “Poder” são inseparáveis, visto que, os objetos de estudo da História Política são todos aqueles que se mostram atravessados pela noção de “poder” em todas as direções e sentidos. Sendo assim, as reflexões sobre a História política e o poder político é conceito central desse estudo, pois, ao dialogar com diferentes autores sobre esses conceitos, possibilitam-nos refletir o processo dos acontecimentos e eventos políticos, para assim, pensar os caminhos que levaram a política do Brasil nos anos 2003-2010, sobre a atuação do ex-presidente Lula, na qual, levou o país a ocupar a 6º maior economia do mundo. Portanto, compreender “História política”, e “política e poder” é um desafio para delinear ações políticas adotadas pelo ex-presidente.

Assim, se faz necessário e importante entender o campo historiográfico do que se entende por História Econômica, pois se torna essencial para alcançar o entendimento do crescimento econômico brasileiro. Deste modo, a História Econômica é considerada como um sistema de produção que é inseparável com a organização social e política de uma sociedade. Portanto, ela caminha conjuntamente com a História Política. Nesse sentido, como ressalta José D’Assunção: “Qualquer grupo social ocupa uma posição – central ou periférica, ativa ou parasitária, consciente ou alienada – no sistema de produção de uma sociedade, e todos

estabelecem entre si relações que, além de sociais, são relações políticas. (Barros, 2010, p.45).

Percebe-se que, a História econômica está diretamente ligada com a História política. Não é possível examinar um processo histórico, sem investir na complexidade de uma textura social que envolve aspectos econômicos sociais e políticos, ou até mesmos culturais. De modo geral, a economia estrutura a totalidade da vida humana, seja do ponto de vista social ou político, ou de uma certa forma, cultural. A História Econômica é a determinação em que se vive em um mundo dominado pela economia e que está muito presente em nossas vidas, como as indústrias, as fábricas, os trabalhadores e os operários.

Desta forma, a História Econômica é uma ideia que leva consideração sobre o que cerca os homens. O sistema produtivo, o sistema materializado da vida que cerca os homens, na qual, o social é engatado. Isto posto, não se faz história econômica sem a político, pois, o espaço do político é onde o econômico e o social está estruturado. É importante analisar:

A História econômica manifesta-se na esfera do consumo, que podem ir desde os aspectos relativos aos salários (poder de compra) até hábitos de consumo dos vários grupos sociais. Logo, estudar o consumo é compreender os modos como a riqueza é apropriada por vários grupos que se encontram em interação de uma determinada sociedade. (Barros, 2010, p. 46).

Logo, compreender o que é História Econômica é de suma importância por possibilitar traçar esse caminho de como surgiram ou se processaram as transformações nos sistemas econômicos historicamente específicos. No caso do Brasil que levou historicamente a ingressar o país a posição e prestígio no cenário internacional durante os seus dois mandatos 2002-2010. Então, delinear História Econômica e História Política é um desafio para entender esses conceitos, tendo em vista que é algo que discorre na tomada de decisões políticas.

Portanto, se faz necessário e de extrema importância entender esses conceitos que foram apresentados para esboçar como se deu o aumento do crescimento econômico com Lula no poder, e problematizar a singularidade da política praticada pelo ex-presidente. Dessa forma, se faz necessário e de extrema importância entender esses conceitos que foram apresentados para esboçar como se deu o aumento do crescimento econômico nos anos 2003- 2010 com Lula no poder, e problematizar a singularidade da política praticada pelo então presidente da República.

### 1.3 O CAMPO METODOLÓGICO E O OBJETO DE ESTUDO:

Este trabalho tratou de analisar a política externa desenvolvida por Lula problematizando como os jornais lidavam ou informavam a questão. Segundo os dados econômicos e sociais, durante a era Lula nos anos 2003-2010 a economia do Brasil passou por um período de crescimento e estabilidade. Aprimorando então as ideias e fundamentando o assunto em questão, para tanto, esta pesquisa utilizou basicamente duas fontes. As Fontes teóricas e as matérias dos jornais. Deste modo, entende-se que a palavra "fonte" é utilizada na área histórica de forma figurada, não se trata de considerar as fontes como a origem do fenômeno histórico, mas sim como algum tipo de registro ou testemunho dos acontecimentos históricos (Saviani, 2006, *apud* De Toledo et al, 2012). Pedro Paulo Funari menciona que:

A noção mesma de fonte é originária do cientificismo que prevalecia no século XIX, preocupada que estava a História com a descoberta dos fatos verdadeiros. Fonte é uma metáfora, pois o sentido primeiro da palavra designa uma bica d'água, significado esse que é o mesmo nas línguas que originaram esse conceito, no francês, source, e no alemão, Quell. Todos se inspiraram no uso figurado do termo fons(fonte) em latim, da expressão "fonte de alguma coisa", no sentido de origem, mas com um significado novo. Assim como das fontes d'água, das documentais jorrariam informações a serem usadas pelo historiador (Funari, 2006, *apud* De Toledo, 2012).

Neste caso, as fontes históricas são criações humanas das mais variadas formas. Elas podem ser registros, vestígios ou indícios produzidos com ou sem o objetivo de serem documentados. Esses elementos se acumulam ou são guardados ao longo do tempo, e são considerados fontes quando o historiador intencionalmente as seleciona para sua pesquisa, trazendo consigo os desafios e questões a serem estudados. Portanto, esse estudo envolveu um levantamento bibliográfico de alguns estudos importantes para a temática.

Nesse sentido metodológico, é uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, como considera Da Silva (2010, p. 6): "a abordagem qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Ela aprofunda a complexidade de fenômenos, fatos e processos; passa pelo observável e vai além dele ao estabelecer inferências e atribuir significados ao comportamento". Sendo assim, segundo Minayo e Sanchez (1993) *apud* Da Silva (2010), ela visa aprofundar a compreensão dos problemas, das pessoas e das relações humanas e abre perspectivas para futuras pesquisas.

Por outro lado, como aponta Bakhtin (1986) *apud* Minayo & Sanches, op. cit. *apud* DaSilva 2010, a palavra é o componente principal, elas são construídas a partir do material ideológico, sendo utilizadas como base para as relações sociais e revelando transições e transformações sociais. Na linguagem falada, as palavras transmitem a estrutura de valores, normas e símbolos, demonstrando representações históricas, socioeconômicas e culturais. Desse modo, a pesquisa qualitativa, compreende e descreve a veracidade pesquisada. Ela permite a explicação de ações, emoções e processos mentais manifestados pelo pesquisador, tornado o objeto de estudo dinâmico e contextualizado. (Da Silva, 2010, p. 7).

Sendo assim, a pesquisa qualitativa é uma abordagem de investigação utilizada em várias áreas do conhecimento, tais como ciências sociais, psicologia, educação e outras. Em contraste com a pesquisa quantitativa, que se apoia em dados numéricos e estatísticas, a pesquisa qualitativa procura compreender e interpretar fenômenos sociais e humanos através de descrições minuciosas e análise de dados não numéricos. Assim, esta pesquisa implica em realizar uma revisão da bibliográfica, a qual deve ser conduzida com base em várias fontes, visando consultar obras de renome e atualizadas. Dessa forma, compreendemos, como Gil que:

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplada que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (Gil, 2002, p. 3).

Nesta perspectiva, será empregada a pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos, jornais e revistas. Conforme mencionado por Gil, tal abordagem proporciona ao pesquisador vantagem de abranger uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia ser investigada diretamente (GIL, 2002, p.3). Através da pesquisa bibliográfica, o pesquisador adquire informações relevantes para a construção de seu trabalho científico. Conseqüentemente, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel significativo na obtenção de dados que contribuem para o desenvolvimento da pesquisa, na definição do tema e na revisão da literatura ou embasamento teórico.

Diante disso, segundo Gil, "os livros representam as principais fontes

bibliográficas. Dependendo de como são utilizados, podem ser classificados como de leitura frequente ou de referência" (Gil, 2002). Portanto, a escolha dos livros para o desenvolvimento da pesquisa será de extrema importância, pois a parte fundamental é compreender como o Brasil passou a desempenhar um papel nas relações internacionais nos últimos anos. Uma parte desta pesquisa será feita por meio de livros, já que eles se tornam referência obrigatória sobre o assunto abordado.

Sob outra perspectiva, de acordo com Gil (2002, p.3): "por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso". Desta maneira, será usado artigos na base do acervo do Google Acadêmico e Scielo. Alguns artigos poderão discutir os fundamentos teóricos da pesquisa qualitativa, explicar suas características e princípios básicos. Outros artigos poderão discutir as técnicas e ferramentas utilizadas para coletar dados qualitativos como: entrevistas, observação ao participante e análise documental. E Como fonte para os dados biográficos, entre outras obras, podemos citar principalmente o artigo de Rubens Ricupero (2010): "A Política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível". Neste artigo, analisa-se sobre a política externa de Lula que foi motivada pelo desejo de aproveitar as oportunidades no âmbito global, e que ela foi definida em quatro eixos.

Não obstante, outro método que se refere a política adotada por Lula e que é de extrema relevância para a produção dessa pesquisa, será os jornais. Que podem também ser usados como material pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil: [...] os livros de leitura corrente [que] abrangem as obras referentes aos diversos gêneros literários (romance, poesia, teatro etc.) e também as obras de divulgação, isto é, as que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos. (Gil, 2002, p. 44). Portanto, os livros de origem, também chamadas de obras de referência, são aquelas que visam possibilitar rapidamente a informação que necessita, e nisto, cabe aos jornais a tal citação.

Desta maneira, também existe as bibliografias periódicas, na qual, esta categoria cobre tópicos que geralmente envolvem mais de um autor, tratando de assuntos diversos. A bibliografia periódica é uma forma de registro e organização das publicações periódicas, como jornais e revistas, que fornece informações sobre essas publicações e auxilia na busca por informações atualizadas e relevantes em determinada área de conhecimento. Como parte do processo de construção para este trabalho, será necessário o levantamento e análise dos jornais da Folha de São Paulo e

do Estadão que fazem parte de fonte para esse estudo. Em seguida, deve-se relacionar o trabalho em outra fonte alternativa, que será a revista *Veja*. Nisto, a pesquisa terá natureza predominantemente qualitativa, priorizando a observação e análise documental, além de ser indispensável a relação entre os levantamentos e todo o acervo bibliográfico já realizado.

Para a contextualização da presente pesquisa, será também utilizado o site de documentos do governo. Vale ressaltar que, diante do uso intenso da tecnologia da informação (TIC) e da crescente utilização de documentos e informações na sociedade, o manejo adequado da informação por meio da implantação de novas tecnologias pode ser utilizado como forma de auxiliar os gestores, aumentando a disponibilidade de tempo para que a tomada de decisão possa ser melhorada de forma mais confiável. Dessa forma, com o objetivo de melhorar a sua gestão interna e criar uma sociedade digital, no ano 2000, o Governo Brasileiro criou um grupo de trabalho de tecnologia da informação, que realizou estudos e diagnósticos, identificou iniciativas precursoras e estabeleceu um conjunto de diretrizes e metas que deram origem ao Programa de Governo Eletrônico (e-Gov). (Felix; Da Silva *et al*, 2010, p. 1).

Desta maneira, os governos vêm utilizando gradualmente essa tecnologia de informação que possa ser mais confiável. Assim sendo, o documento utilizado neste trabalho será do GOV-BR, que tem como título: “O Brasil nunca teve tanto prestígio, diz Amorim (Entrevista do Ministro Celso Amorim ao jornal *Gazeta Mercantil*, 19/10/2006)” o documento dedica a promover a reflexão, e o debate acadêmico sobre uma entrevista exclusiva com Celso Amorim, uma vez que, ele afirma que no governo de Lula o Brasil ganhou um prestígio que nunca teve, a ponto de ter papel protagonistas nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de ser convidado para participar das reuniões do G8, que inclui os setes países mais ricos do mundo. O documento foi publicado em 2006, e atualizado em 2023, e é muito imprescindível para esta monografia.

Sendo assim, conforme a sistematização da metodologia proposta acima, elas serão úteis no sentido de proporcionar informações que possam esclarecer o estudo da política externa adotada por Lula, e sua recepção pelos jornais e a imprensa, bem como veremos nos próximos capítulos deste trabalho.

## **CAPITULO II - ANO 2010 NO BRASIL, TEMPO, ESPAÇO E CONTEXTO DO PROBLEMA**

*“O fato de que uma interpretação possua um grau elevado de evidência nada prova ainda quanto à sua validade empírica.”*

*(Max Weber)*

### **2.1 BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA BRASILEIRA ANTES DO GOVERNODE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.**

Durantes os mandatos do Governo de Lula, o Brasil ganhou prestígio e posição. Em 2017, foi realizado um estudo pelo instituto Brasileiro da Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e investigou que o período de junho de 2003 a julho de 2008 foi a época de maior expansão para a economia brasileira das últimas três décadas. O estudo mostra que “A ‘Era Lula’ foi a melhor fase da economia brasileira, dos últimos 30 anos, diz FGV.” (Paulo Nogueira, 2017, 15 fev). Nesses cinco anos, o setor de indústria se expandiu, as vendas comerciais aumentaram, gerando empregos, e as rendas do Brasil crescerem.

Ademais, segundo o mesmo estudo realizado pelo Instituto Brasileiro da Economia (Ibre), da Fundação de Getúlio Vargas, mostravam que a partir de 1980, o bom desempenhada economia começou seis meses após a posse do presidente Lula, e se prolongou por 61 meses. Posto isto, não se pode negar que a despeito dos ventos favoráveis da economia internacional os números da poupança brasileira eram realmente bons e apontavam para um processo de continuidade da situação do Brasil.

Portanto, se faz necessário aqui entender como Lula da Silva chega ao poder. Depois de três derrotas seguidas nas eleições, Lula alcança finalmente o Palácio do Planalto no anode 2003. Iniciando seu primeiro mandato, todos estavam inquietos, visto que Lula era um metalúrgico e vinha de profunda pobreza do Brasil, um operário do chão de fábrica que estava chegando a ser líder do país, e isso aumentavam as inquietações. Porém, não esperavam que seria apontado hoje, por vários economistas, sociólogos, historiadores e outros profissionais das áreas das ciências sociais como o político mais bem-sucedido do seu tempo, com aprovação de 80% da população.

De acordo com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim (2010), o Brasil deu um salto à frente para forma de como é visto no exterior nos

últimos anos. O autor expõe que à democracia, a estabilidade monetária, o crescimento econômico, a redução da pobreza, a melhoria dos indicadores sociais, a internacionalização das empresas brasileiras e a mudança de devedor a credor. Tudo isso, se somou para redefinir a imagem do Brasil no mundo, e que, para esse tal acontecimento a personalidade de Lula e sua política externa audaciosa e irreverente contribuiu para este “salto à frente”.

Ainda analisando o desempenho da economia no governo Lula, Ricupero (2010, p. 39-40): examina que a política externa de Lula foi inspirada pelo desejo de aproveitar as oportunidades em âmbito global, e que ela se desdobrou-se desde o início em quatro eixos principais. Na sua visão, o primeiro eixo foi a obtenção do reconhecimento do Brasil para um ator político global de primeira ordem no sistema internacional, e pela busca de um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU, mas também em outras mobilidades, como a participação dos recém criados do agrupamento do G-20, Brics e Ibas.

O segundo eixo, foi a consolidação de condições econômicas internacionais que favoreceram o desenvolvimento a partir da agricultura, com o objetivo expresso na conclusão da Rodada Doha da OMC (Organização Mundial de Comércio), sendo seu principal objetivo coordenar as negociações para a libertação do comércio. O terceiro eixo, seria a dimensão emprestadas as relações Sul-Sul, pela emergência da China, da Índia e da África do Sul, e pela retomada do crescimento africano. E por fim, o quarto eixo, consiste nas edificações espeço- político-estratégico-econômico e comercial através do Mercosul. Desta maneira, Lula transformou o Brasil em uma liderança, sendo uma referência no cenário internacional.

Diante do exposto acima, o Brasil se tornou a 6º maior economia do mundo no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para tanto, é preciso entender como estava opais naquele ano de 2002, e como os jornais reagiram a um momento de inquietação e incerteza quanto à condução política do governo Lula. Para isso, é indispensável compreendera contextualização histórica econômica do Brasil antes do Governo.

A situação econômica do país em 2002 estava em um momento extremamente desfavorável, com altas taxas de desempregos, sem contar as várias frequentes visitas da FMI (O Fundo Monetário Internacional) o que aumentava o endividamento do Brasil. E é nessa conjuntura, que Lula recebe sua faixa presidencial, iniciando o seu primeiro mandato. Deste modo, é preciso fazer uma breve análise da política durante o período em que Fernando Henrique Cardoso ficou à frente da Presidência da

República em seus dois mandatos consecutivos (1994-2002).

A Era FHC (1994-2002) entrou para a História do Brasil como uma época de grandes mudanças. Como aponta Belieiro (2006, p. 80):

Trata-se de um conjunto de transformações operadas a partir de seu governo que atingiram diretamente a sociedade, a economia e o Estado. Portanto, justifica-se a idéia de que essas propostas de mudança se referem a toda uma estrutura da sociedade e FHC de fato pretendeu realizar essas mudanças. A diferença fundamental é que pela primeira vez um governo encampou vários projetos de mudança a partir de um novo paradigma interpretativo, o neoliberalismo. Sem nenhuma dúvida, foi a primeira iniciativa política claramente comprometida com uma estratégia reformista baseada no ideário liberal.

Sendo assim, o governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela efetiva implantação da política Neoliberal no Brasil. “A doutrina neoliberal é uma das características da recente fase do capitalismo monopolista, grosso modo prega a não intervenção do Estado na economia e uma maior liberdade para o capital”. (Cruz, 2018, p. 16). FHC tinha como seu principal objetivo o combate à inflação, e durante todos os seus mandatos prevalecia sempre esse pensamento, de que só se sustenta condições para uma boa saúde social, econômica e política do país se a batalha contra a inflação fosse vencida. Isto é, para tirar o Brasil da crise e da instabilidade permanente, a primeira tarefa seria vencer a inflação.

Sendo assim, o governo de FHC encaixa-se totalmente numa corrente neoliberalista. O Neoliberalismo, corrente política e econômica que prioriza o afastamento das ações de governo da esfera econômica, e o consequente enxugamento da máquina pública – principalmente através das privatizações – foi a marca característica da política externa de Cardoso na quase totalidade do seu mandato como presidente do país.

Em setembro de 1993, conforme Belieiro (2006, p. 84), o Plano Real foi lançado, último ano da gestão de Itamar Franco quando FHC era seu Ministro da Fazenda. Se o Plano real fosse bem-sucedido, certificaria uma vantagem de FHC sobre o candidato de esquerda Lula (PT) nas eleições presidenciais de 1994 e contribuiria decisivamente para a sobrevivência do governo FHC e de seus grupos políticos, bem como para a continuidade do processo de reforma liberal. Logo, à introdução da nova moeda em agosto de 1994, poucos meses antes das eleições de outubro, teve papel decisivo na eleição de FHC para a Presidência da República do país.

O Plano Real de acordo com Marcus Ianoni (2009, p. 168):

Veio composto de três fases: a do ajuste fiscal, a de criação de um novo indexador (Unidade Real de Valor – URV) e a de introdução da nova moeda. Uma quarta fase, que não veio detalhada, mas tinha suas diretrizes explicitadas, seria a das reformas estruturais. Na realidade, essas fases não são meramente sequenciais ou lineares, sobrepõem-se e envolvem um conjunto de políticas, monitoramentos das já iniciadas e formulação e implementação de outras.

Neste caso, o Plano Real foi um programa com a introdução de uma nova moeda como objetivo de estabilização e reformas econômicas implementadas já no governo de Itamar Franco. FHC deu continuidade ao processo de reformas estruturais com a finalidade de evitar a volta da inflação, procurando deixar a economia estável. O Plano Real e o controle da inflação continuou sendo sua principal propaganda política. O então Fernando Henrique Cardoso, conseguiu a sua eleição contra o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, utilizando-se da estabilidade de preços como trunfo eleitoral. Esta medida financeira é a base do progresso neoliberal como argumenta Araújo, “com o grande apoio popular que conseguiram num primeiro momento, os neoliberais criaram uma âncora política fortíssima para implementar as contrarreformas no Estado” (Araújo, 1998; *apud* Cruz, 2018, p.101). Neste sentido, a maioria das medidas econômicas a decisão do governo de Fernando Henrique foi justificada pelo controle da inflação.

Porém, também durante seus governos, Cardoso teve que enfrentar várias crises econômicas. Uma delas, no ano de 1995, FHC conseguiu contorná-la, em muito graças ao sucesso alcançado à pompa que se fez de sua eleição no ano anterior, quando este foi retratado como “o pai da estabilização econômica”. Já a crise de 2001, no final do seu segundo mandato, colocou fim não só a sua intacta imagem, mas também ao modelo econômico neoliberalista por ele adotado. Em 2002, tal modelo perderia totalmente o sentido, contribuindo para a defasagem do próprio FHC. E embora ficando 8 anos no poder, deixou o país com várias inquietações.

Como afirma Leandro Carvalho (2023): “FHC conseguiu controlar a inflação brasileira, entretanto, durante o seu governo a distribuição de renda no Brasil continuou desigual, a renda dos 20% da população rica continuou cerca de 30 vezes maior que a dos 20% da população mais pobre. O Brasil ficou em excessiva dependência do Fundo Monetário Internacional (FMI)”. Segundo Adriano Cruz, em outro jornal encontra-se o seguinte fragmento:

O primeiro ano do governo, como costuma dizer o PT, foi para o presidente arrumar a casa. Lula pegou o país em difícil situação financeira. Conseguiu estagnar a inflação e melhorar a imagem brasileira lá fora. Isso é verdade. O que falta ao presidente e ao seu governo é adotar medidas concretas para mostrar que suas promessas de campanha vão sair do papel. Foi nisso que os brasileiros apostaram. E ainda apostam (O Norte, 2004, p. A-2 *apud* Cruz, 2018, p. 13).

O extrato é do jornalismo da Paraíba *O Norte*, do arquivo público de João Pessoa (PB), cujas folhagens já desbotadas revelam a transição do tempo e um momento de mal-estare incerteza sobre a conduta política da administração de Lula, e de como estava a situação do Brasil naquele ano de 2002, (Cruz, 2018). Deste modo, Lula finalmente conseguiria chegar à Presidência da República derrotando no segundo turno o candidato governista José Serra. Sendo assim, diversos elementos contribuíram para que o PT alcançasse finalmente a Presidência da República em 2002. Alguns estão diretamente ligados a questões políticas e sociais da época da campanha presidencial, enquanto outros correspondem à forma como, ao longo dos anos e de eleição em eleição, o Partido dos Trabalhadores procurou adaptar-se ao jogo político, desenvolvendo estratégias e estabelecendo alianças que o permitissem estar sempre presente e atualizado no debate sobre os principais problemas do Brasil. (Silva, 2014, p. 28).

Sabemos Luiz Inácio Lula da Silva foi e continua sendo um dos maiores líderes do Brasil, simplesmente por um fator. Ele é amado pelo povo que nele se reconhece – pessoas das classes humilhadas e exploradas, que a ele são fiéis. Do mesmo modo que, aqueles que ainda não tinham percebido a sua dimensão, diante das injustiças das quais é vítima, passam a adorá-lo. À vista disso, conforme observamos, é acerca das questões políticas e sociais do país à época da campanha presidencial e depois evocada pelo então presidente Luiz Inácio, que a partir de agora, iremos adentrar.

## **2.2 O LEGADO DO PT: AVANÇOS E IMPACTOS NA VIDA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS.**

Representando pela esquerda brasileira, o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva – o Lula – foi o defensor das questões sociais e sempre evocava as questões relacionadas à dificuldade de vida dos trabalhadores. Em um dos seus discursos bastante conhecidos nota-se

que sempre lutou pelos direitos trabalhistas: “Todos nós sabemos que no mundo inteiro nunca os trabalhadores conseguiram ganhar nada sem que houvesse luta, sem que houvesse perseverança, sem que houvesse disposição de brigar até o fim.” (Mercato, 2004, p. 97). Essa fala retrata a conhecida greve do ABC, na qual, havia milhares de trabalhadores reunidos na primeira paralisação de massa da classe operária depois do golpe, quando Luiz Inácio liderava 140 mil grevistas. Portanto, Lula representava a radicalidade e a defesa ferrenha dos interesses dos trabalhadores.

Deste modo, sabemos que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é uma figura icônica política brasileira. Seu governo, que durou de 2003 a 2010, foi marcado por uma série de mudanças e conquistas que deixaram um legado duradouro para o país. Portanto, é preciso compreender o surgimento do PT, e é indispensável entender as circunstâncias na qual o partido foi criado. O Partido dos Trabalhadores foi originado a partir dos movimentos grevistas do ABC paulista em fins dos anos 1970, e também com a chegada de Lula como uma liderança, porém, foi em 10 de fevereiro de 1980 que se funda o PT.

Em suma, o Partido Trabalhista nasceu de uma união espontânea de trabalhadores em São Paulo, quando o regime militar suprimiu os partidos comunistas tradicionais e os grupos armados de esquerda que existiam na época. Assim, quando em maio de 1978 os trabalhadores da indústria automobilística de São Bernardo decidiram entrar em greve, demonstrando coragem e bravura desafiando a vontade de seus superiores e as leis existentes, poucos acreditariam que um processo estava prestes a começar. E isso levaria à formação do Partido Trabalhista/PT. (Reis, 1964)

Como já mencionado, o final da década de 1970 e o início da década de 1980 foram um período de grande mobilização trabalhista e de sindicalização no Brasil. Esta época foi caracterizada por uma reorganização política em grande escala da sociedade civil. Nessa conjuntura, também foi idealizado o “novo sindicalismo”, que combinou exigências econômicas, como a compensação por salários perdidos, com exigências políticas, como as exigências para a formação de uma assembleia constituinte. “Nesse período, formaram-se as principais direções da atuação sindical atual, levando ao nascimento de importantes centrais sindicais: a Central Única dos Trabalhadores (CUT)”. (Radermacher, 2007, p. 124).

Portanto, após o governo de FHC e a implementação das políticas neoliberais, e a nomeação de Lula pelo PT, ele contou com o claro apoio da CUT, cercado de

altas expectativas do movimento trabalhista e sindical. O entendimento da CUT era que o polêmico projeto eram dois projetos opostos: um partido democrático e popular comprometido com a criação de uma sociedade mais justa, encarnado por Lula, e outro, encarnado por José Serra, que representava a continuidade da política neoliberal e contra os interesses trabalhistas.

Por isso, a formação do partido dos trabalhadores, significava um partido de todos os assalariados e que defendesse os interesses populares. Desta maneira, Lula se tornou uma liderança trabalhista conhecida em nível nacional, e foi a figura-chave para a criação do PT. Como primeiro líder operário responsável pelo desencadeamento de campanhas e greves que aumentaram o poder de todo o movimento sindical brasileiro, sua voz era a que se fazia necessário ouvir para dar legitimidade à formação de um partido. Logo, o então presidente tinha uma ingenuidade política e nem sempre tinha uma consciência de classe:

A partir da prisão do meu irmão é que perdi o medo. Se lutar pelo que ele lutou foi motivo para ser preso e torturado, então vai ter que prender e torturar muita gente. Eu conheço meu irmão, é um soldador, um pobrecoitado que ganha Cr\$ 20.000 por mês e agora está desempregado, passando uma pior, naquela época era pior ainda. Foi preso porque diziam que era comunista. Foi muito bom porque despertou em mim uma consciência de classe muito grande. (Keck, 2010, p. 112).

Lula tinha ingenuidade política e isso acabou voltando a seu favor: ele simplesmente seguia em frente e dizia o que pensava. Como afirma Daniel Aarão (1964, p. 24):

Foram grandes trunfos de Lula a habilidade de articular alianças e de definir um perfil político mais claro – comprometido com as causas populares, com o atendimento das demandas materiais e simbólicas dos pobres das cidades e dos campos, com políticas distributivas e atenuadoras das trágicas desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Também lhe valeram a notória capacidade de comunicação – sobretudo com as camadas populares – e as qualidades, sempre enfatizadas por ele e pelo PT, de um líder que sabe negociar, aberto ao diálogo e à discrepância, construtor de consensos. Não sequer aqui discutir se estas qualidades são efetivas, mas o fato de que a imagem delas gravou-se na imaginação de grande parte do eleitorado.

Enfim, não há indicação de que Lula e o PT possam ser afastados da arena política nacional, pelo contrário, parecem mais entrincheirados do que nunca sociedade brasileira. Com seus defeitos e virtudes, aparecem como produtos,

componentes e criadores da República democrática que a sociedade brasileira vem construindo desde o final da década de 1990 e 1970 do século passado. Por isso, sem dúvida, o Partido dos Trabalhadores garantiu direitos fundamentais e avanços nas relações de trabalho. E essa é a marca do PT na Presidência da República. (Reis, 2007, p. 24).

Em vista disso, o partido dos trabalhadores produziu uma série de resultados de projeções internacionais para o Brasil. Nas gestões dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o país saiu do mapa mundial da fome e se tornou a sexta maior economia do mundo, agregando mais de 40 milhões de pessoas, aumentando também o salário mínimo para o maior patamar em 40 anos, e entre outras melhorias.

Junior (2016), diz que principalmente na área do trabalho, o governo trabalhista aprovou pelo menos 20 leis para consolidar a conquista histórica de proteger os trabalhadores dos efeitos precários dos direitos laborais. Os empregos com carteira assinada dispararam, assim como o valor do salário mínimo, e isso não exigiu que nenhum direito fosse retirado dos trabalhadores. Pelo contrário, os direitos foram aumentados, por meio de ações como a PEC das Domésticas e o reforço do combate ao trabalho infantil. Além disso, um ótimo programa de investimentos do setor público também incluía os interesses da classe trabalhadora organizada, a mais importante base política e aliada histórica do PT. A política de valorização do salário-mínimo ao longo do governo Lula, acabou produzindo impactos na renda popular, elevando-se 54% acima da inflação, no mercado de trabalho e depois, na elevação do custo do trabalho e da força de trabalho. (Junior, 2016, p. 207). Desta maneira, será preciso elencar os cinco exemplos de como os trabalhadores foram tratados no Brasil na época do PT de Lula.

Segundo o site do PT (Partido dos Trabalhadores), os trabalhadores conquistaram mais direitos, e desta maneira, o site elenca exemplos em que os assalariados alcançaram suas garantias. Em primeiro lugar, o governo garantiu o direito à trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos e o combate ao trabalho escravo:

Os direitos previstos na Constituição foram assegurados a 1,8 milhão de trabalhadoras domésticas, com carteira assinada, como jornada de 44 horas semanais, férias, descanso semanal remunerado, adicional noturno e outros. Uma conquista histórica. [...] Nos governos do PT, também foi criada a lista suja do trabalho escravo e ampliado o enfrentamento a essa forma de exploração. Nessa direção, aprimoramos ainda os instrumentos de combate ao trabalho infantil, além de reconhecermos as centrais sindicais. (Stuckert, 2022).

Ainda de acordo com o site do PT<sup>1</sup>, 19,4 milhões de empregos foram criados. Havia 1,5 milhão de empregos por ano, um feito sem precedentes em mais de 500 anos de história. Isso só foi possível porque o objetivo final das políticas econômicas dos governos de Lula e Dilma, era aumentar o emprego e a renda de homens e mulheres brasileiros. Para isso, não nos esquecemos da inflação e da estabilidade macroeconômica, condições necessárias para manter todas as conquistas alcançadas.

---

<sup>1</sup> <https://pt.org.br/reforma-trabalhista-pt-provou-ser-possivel-gerar-empregos-sem-cortar-direitos/>

Ao mesmo tempo, houve a queda no índice de desemprego. O emprego cresceu muito mais rapidamente do que a população em idade de labuta. Como resultado, aqueles que estavam desanimados porque pensavam que não conseguiriam encontrar trabalho começaram a procurar. E foi mais fácil para quem procura emprego. O resultado foi uma queda acentuada do desemprego. Assim, segundo os economistas, o pleno emprego é quando a taxa de desemprego atinge um mínimo que corresponde à mobilidade dos trabalhadores masculinos e femininos entre um emprego e outros empregos.

E por último, o site também alega o aumento do salário-mínimo e da renda.

Segundo o mesmo:

O aquecimento do mercado de trabalho teve efeito claro na renda do trabalhador e da trabalhadora. Entre 2002 e 2015, o rendimento médio do trabalho das pessoas de 15 anos ou mais, medido pela PNAD/IBGE, cresceu 18%, em termos reais. A principal ferramenta para ampliação da renda do trabalho e para redução da desigualdade foi a política de fortalecimento do salário-mínimo, instituída com base em reajuste com reposição total da inflação mais o crescimento do PIB de 2 anos atrás. Dessa forma, o salário-mínimo aumentou mais de 70% em termos reais nos 13 anos de governo do PT. (Sturckert, 2022).

Os governos do PT foram os responsáveis pela geração de 20 milhões de empregos formais, com carteira assinada e com o aumento no salário-mínimo de 77%. Desta maneira, ainda no site do PT, no quinto episódio da série sobre a Reforma Trabalhista, o presidente Lula indaga: “A gente quer que o trabalhador tenha sustentabilidade no seu emprego, que ele tenha garantia que será trocado como troca-se o papel higiênico, que ele será respeitado no seu direito de trabalhar, no seu direito de cuidar da família.” Assim, percebe-se que até hoje Lula continua em seu papel como representante do povo idêntico ao povo, um papel que é incomparável com qualquer outro político de seu tempo.

Como afirma Margaret Keck (2010, p. 340):

Em 1987, num editorial na Folha de S. Paulo, o cientista político Luciano Martins escreveu que o trabalho da Assembleia Constituinte lembrava um grupo de políticos sentados numa sala rodeada de espelhos: para onde quer que olhassem, viam apenas a sua própria imagem. O desenvolvimento e a sobrevivência do Partido dos Trabalhadores representa um poderoso sinal de que setores importantes da sociedade brasileira estão procurando substituir esses espelhos por painéis de vidro. Ninguém duvida que a mudança é necessária no Brasil. A consolidação da democracia brasileira depende de se quebrarem as barreiras que ainda existem entre o conceito de “mudança vinda de cima” e o de “mudança vinda de baixo”. O futuro do Partido dos Trabalhadores estará integralmente ligado a esse processo.

Desta maneira, percebe-se que o Partido dos Trabalhadores deixou legados importantes para a sociedade brasileira, que melhoraram a vida dos assalariados. O partido deixou e está deixando legados importantes, com as mudanças estruturais promovidas pelos seus governos. Assim sendo, com seus defeitos e suas virtudes, Lula e o PT afiguram-se como produtos, componentes e fatores da república democrática que a sociedade brasileira está construindo. Embora haja controvérsias e críticas em relação ao seu governo, é inegável que Lula deixou um impacto significativo na sociedade brasileira, moldando o país de maneiras que ainda são sentidas até os dias de hoje.

Por isso, no próximo tópico, exploraremos de forma mais pontuais, algumas das principais políticas econômicas e as realizações de Lula, que teve impacto na sociedade brasileira.

### **2.3 - LEGADO DA POLÍTICA ECONÔMICA DE LULA PARA O BRASIL**

Luiz Inácio Lula da Silva, teve sua campanha eleitoral no ano de 2002 se baseando tanto na conciliação do capital, como na promessa de crescimento econômico, quanto na busca pela erradicação da miséria no país. Dessa forma, sua política econômica durante sua trajetória no período de 2003 a 2010, foram caracterizadas por uma série de medidas destinadas a promover o crescimento econômico, reduzir a desigualdade social e fortalecer a estabilidade macroeconômica do país. Sendo o PT e o Lula uma organização comprometida com a reforma social, como alega Maria Hermínia de Almeida (2004, p. 2) “A prioridade para as políticas de transferência de renda aos mais pobres parece ser, até o momento, o traço mais marcante da política social do governo petista, que a diferencia do que se vinha fazendo.” Desse modo, Lula e o PT vinha construindo uma trajetória política a partir de baixo, baseado nos interesses organizados de movimentos sindicais, estudantis e religiosos. (Meneguello, 1989; Keck, 1988 *apud* Junior, 2016, p. 2005).

A partir de 2003, com a chegada de Lula da Silva a Presidência, o Brasil foi caracterizado por uma série de medidas que buscavam promover o crescimento econômico, principalmente para reduzir a desigualdade social. Lula em quase todos seus pronunciamentos público afirmava que: “Nunca antes na história deste país...” demonstrando o quanto o seu governo supera os antecessores em todos os campos da economia e da promoção de bem-estarsocial. Em vista disso, podemos perceber que as estatísticas da opinião pública pareciam apoiar o discurso do presidente e o sucesso desta estratégia de comunicação, porque a percentagem dos eleitores que aprovam seu governo, foi, e é muito alta.

Sabemos que antes do Lula, uma série de discursos questionaram a situação socioeconômica do país e que culminarão num acontecimento histórico-discursivo: as eleições presidenciais de 2002. Um dos motivos que levou a isso, foi a insatisfação com o mandato de oito anos de FHC, segundo Giambiag:

Uma das razões pela qual o candidato do governo FHC à presidência acabou sendo derrotado nas eleições de 2002 foi, certamente, a avaliação de que a política econômica tinha deixado a desejar em termos de seus efeitos sobre a renda e o desemprego (Giamviag, 2004, p. 193 *apud* Cruz, 2018, p. 102).

Sendo assim, a principal preocupação dos eleitores brasileiros era o problema do desemprego e a política econômica do país. Por isso, tantos jornalistas e os maiores meios de comunicação do país acompanharam os acontecimentos no Brasil em 1º de janeiro de 2003. Pela primeira vez no país, um presidente "de esquerda" tomou posse. Câmeras e microfones foram posicionados para que grande parte da população pudesse ouvir “ao vivo” o primeiro discurso de seu presidente, que enfatizou a necessidade de um contrato social para combater a fome e a desigualdade social. E para muitos, a sua ascensão marcou a primeira grande mudança na elite governante do país desde o fim do regime militar em 1985.

Embora o presidente Lula se dizer diferente ao governo anterior, adotou as mesmas medidas às quais se combatia no passado. Como declara José Carlos Junior (2016, p. 205):

A posição política e programática do partido em relação à estabilidade econômica e o Plano Real sempre foram dúbias, inspirando incertezas nos mercados e no empresariado quanto a continuidade da política econômica. O lançamento da chamada Carta ao Povo Brasileiro durante a campanha presidencial de 2002 teve essa função de dialogar com o sistema econômico de que a gestão petista na economia seria de responsabilidade e respeito aos

contratos anteriormente celebrados (Pallocci, 2007). De fato, como se confirmou, a gestão petista na economia realmente adotou a continuidade e não a ruptura, com a política econômica anterior. Com Antônio Pallocci no Ministério da Fazenda, a política econômica do governo Lula adotou e aprofundou as medidas do tripé macroeconômico da estabilização. (Junior, 2016, p. 205)

O então presidente Lula também aumentou os juros para combater a inflação, uma medida clássica e muito dolorosa para o setor industrial e dos consumidores. Desta forma, foi adotado um acordo limitar a atual aceleração da inflação desde 2002, e isso foi devido ao medo dos participantes do mercado com a eleição de Lula. (Cruz, 2018). Nesse sentido, a política econômica do governo Lula foi administrada em 2003-2005 com os mesmos princípios e diretrizes adotados pela diretoria FHC. A partir disso, percebemos que “As práticas econômicas, como a sustentação do processo inflacionário, seriam iguais às de Fernando Henrique, [...] FHC, no passado, e Lula, no presente...” (Cruz, 2018, P. 138).

De outro lado, não podemos negar que Lula sempre teve o consenso em torno do combate à inflação. Na maioria de suas falas, sempre afirmava que “à inflação é prioridade, custe o que custar”. Isso revela claramente o lugar do controle da inflação na agenda do governo. Seja para o governo no centro, seja um governo de esquerda, o combate à inflação e o seu controle é o objetivo principal, independentemente dos custos sociais e econômicos imediatos. Porém, foi a partir de 2006, com a chegada de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda no lugar de Antonio Palocci, que foi possível adotar maior flexibilização na política econômica.

Segundo Junior (2016), a política econômica de Guido Mantega foi orientada para um maior crescimento econômico, adotando medidas fiscais e creditícias para a expansão do consumo e da renda, potencializaram o mercado interno. Juntamente com a situação econômica internacional favorável e o chamado ciclo de supervalorização dos recursos agrícolas e minerais impulsionado pela procura chinesa, o Estado brasileiro ganhou manobra suficiente para implementar políticas alternativas sem violar o modelo de estabilidade adotado. Com isso, “a retomada do papel do Estado como promotor de grandes obras de infraestrutura, aglutinadas em torno do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), representam claramente o retorno de um Estado de tipo desenvolvimentista no país e da opção política pelo aumento e expansão do gasto público e do investimento estatal.” (JUNIOR, 2016, p. 207).

Portanto, o governo Lula foi capaz aplicar uma agenda política alternativa que foi, em última análise, responsável pela recuperação econômica e do bom desenvolvimento da economia e do PIB brasileiro em 2005-2010. Além disso, um excelente programa de investimentos no setor público, projeto do capitalismo popular e do consumo, no chamado "Brasil de Lula" (Anderson, 2011 *apud* Junior, 2016, p. 207), também abrangia os interesses da classe trabalhadora organizada, que é a base política mais importante e histórica aliada do PT, especialmente o sindicalismo. Dessa forma, a política de aumento do salário mínimo durante o mandato do presidente Lula teve como resultado a influência positiva na renda da população, resultando em um aumento de 54% acima da taxa de inflação, tanto no mercado de trabalho quanto nos custos trabalhistas e no valor da mão de obra. (Junior, 2016, p. 207).

Logo, não se pode negar que durante os períodos de governo de Lula, o Brasil experimentou um notável progresso econômico impulsionado pelo crescimento de reduzir a desigualdade social e fortalecer a estabilidade macroeconômica do Brasil, e sua gestão é recordada pelos programas sociais gigantescos, os quais tiraram milhões de pessoas da pobreza. Em toda sua campanha Lula adquiria um conteúdo social preciso, que seria: “a redução substancial da pobreza e das desigualdades, a inclusão plena dos milhões de pobres pelo Brasil afora. No plano da política social, a eleição de Lula seria um momento fundador.” (De Almeida, 2004, p. 12).

Em resumo, a política econômica na chamada era Lula foi caracterizada por um conjunto de medidas que buscavam promover o crescimento econômico, e ao lado de uma política de aumento dos gastos, do consumo e da renda da população, o governo Lula implementou medidas sociais que alcançaram bons resultados na diminuição das desigualdades sociais. Sendo reconhecida como uma das sociedades mais desiguais do globo, a estratégia de transferência direta de renda, conhecida como Bolsa Família (BF) – que visava reduzir a pobreza e a desigualdade, fornecendo assistência financeira para famílias de baixa renda. E este programa teve seu valor e conquistas comprovados por várias pesquisas e estudiosos, como manifesta José Carlos Junior (2016, p. 207):

De fato, é possível afirmar que mesmo sob custo financeiro baixo, o BF expande a cidadania e a segurança financeira para milhões de pessoas no Brasil, alterando lógicas sociais marcadas pela dependência e clientelismo político. Centrado nas mulheres e sem a intermediação de outras instâncias, a novidade do programa foi justamente a relação direta do Estado com os beneficiários, sem a mediação de outros atores interessados, sobretudo no plano da política local.

Isto posto, é importante observar que o programa Bolsa Família beneficiou várias famílias, e parece evidente que este programa desempenhou um papel relevante no crescimento econômico. Essa política de transferência de renda liderada pelo programa Bolsa Família e a política consciente de aumento do salário mínimo real, trouxe uma relevância crescimento econômico. Em relação ao programa Bolsa Família, vale ressaltar que em 2010 o programa beneficiou 12,7 milhões de famílias e investiu cerca de 13 bilhões de reais na economia (considerando a baixa propensão desses beneficiários a poupar). (Curado, 2011, p. 94). Deste modo, a combinação de políticas de estímulo ao consumo e renda contribuiu para ampliar o acesso aos mercados de produtos abertos a novos grupos sociais que alcançaram uma nova forma de cidadania consumista.

Junior (2016), analisa que a recuperação do crescimento econômico a partir de 2009 gerou um clima de otimismo econômico e uma relativa convergência política em torno do projeto político liderado por Lula. Com uma personalidade política popular e carismática, o então presidente conseguiu mitigar conflitos e receios, governando em conjunto com uma ampla aliança social, incorporando as demandas de grupos populares, trabalhadores e empresários nacionais. Diversos setores da economia e grupos empresariais foram diretamente favorecidos pelo apoio financeiro do BNDES para expandir seus projetos, tanto no Brasil quanto no exterior. Tal política resultou no fortalecimento das empresas brasileiras além-fronteiras, beneficiando grupos empresariais de diferentes áreas de atuação. Por outro lado, a valorização do salário-mínimo criou oportunidades para que os trabalhadores negociassem melhores condições salariais, e isso de fato aconteceu. (Junior, 2016, p. 208).

Desta maneira, o entusiasmo econômico e político durante os mandatos de Lula fortaleceu seu poder político e autoridade máxima no país. Com níveis de aprovação popular acima de 70%, houve um momento positivo de transição democrática e fortalecimento da democracia brasileira. O país estava esperançoso em construir uma democracia política e social, conforme prometido pela Constituição de 1988. As condições econômicas e políticas favoráveis na segunda metade dos anos 2000 geraram um otimismo sem precedentes na geração atual, que estava acostumada com a instabilidade e incertezas econômicas e do mercado de trabalho.

Assim, sabemos que durante a gestão do presidente Lula, a economia brasileira foi caracterizada por um processo de crescimento e avanços significativos

na distribuição de renda e na redução da pobreza. Portanto, durante o período de crescimento econômico na era Lula, a relação entre os jornais e o governo foi de extrema complexidade e diversidade. Por um lado, os jornais se viam na obrigação de informar o público sobre as políticas governamentais e seus impactos na economia. Por outro lado, o governo exercia pressão para que a mídia transmitisse uma imagem positiva do país e de suas conquistas. Essa tensão resultou em uma cobertura frequentemente polarizada, pois alguns jornais adotavam uma postura crítica em relação ao governo, enquanto outros defendiam suas políticas.

Vale ressaltar a importância fundamental da imprensa livre para a democracia, sendo responsabilidade dos jornalistas buscar a imparcialidade e apresentar de maneira equilibrada as diversas perspectivas. Deste modo, é preciso contextualizar os jornais e apresentar os principais aspectos desse período histórico.

### **CAPÍTULO III - POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO LULA E O PAPEL DA IMPRENSA: DIVULGAÇÃO E OCULTAÇÃO**

*“As idéias dominantes de uma época, sempre foram as idéias da classe dominante”*

*Karl Marx (Marx e Engel, 2001, p.65)*

#### **3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS JORNAIS E A IMPRENSA NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA**

A mídia é um dos alicerces da democracia, tendo a responsabilidade de informar a população e exercer a vigilância sobre o poder público. Contudo, essa relação nem sempre foi pacífica, especialmente no Brasil. Nesta exposição, vamos abordar o papel da imprensa na sociedade, a trajetória dos jornais no Brasil, sendo eles, a *Folha de São Paulo*, o *Estadão* e a *Revista Veja*, e contextualizar a relação entre governo Lula e a mídia.

A política externa durante o governo Lula foi caracterizada por uma posição mais independente e ativa do Brasil no cenário mundial. O país ganhou maior protagonismo em assuntos globais, com a luta contra a fome e a pobreza. Conforme (Vigevani; Cepalun, 2007), os defensores do governo de Lula da Silva possuem evidências concretas para argumentar a existência de uma mudança "positiva" no programa de governo. Por exemplo, Lula da Silva buscou colocar questões sociais na agenda internacional, desde sua presença em Davos em janeiro de 2003, defendendo

o aumento da ajuda externa dos países ricos no combate à fome, e conseguindo o apoio dos presidentes Chirac (França) e Lagos (Chile). Essa nova abordagem do governo brasileiro despertou grande interesse tanto da imprensa nacional como internacional, que acompanhou de perto as iniciativas e desenvolvimentos dessa política. Neste capítulo, será examinado como a mídia reagiu à política externa de Lula.

Considerando que a imprensa em geral abordou intensamente o período de crescimento econômico na era Lula. Os principais meios de comunicação, jornais e revistas do país dedicaram várias páginas para relatar os avanços da política externa brasileira e a mobilidade social de milhões de brasileiros. As manchetes focaram principalmente no aumento do poder de compra da população, na redução do desemprego e na estabilidade econômica. No entanto, alguns adotaram uma postura mais crítica em relação ao governo Lula e à sua política externa. Eles ressaltaram os problemas estruturais do país e apontaram que o crescimento não era suficiente para resolver as desigualdades sociais. Além disso, alguns criticaram a política externa do governo, especialmente em relação aos países vizinhos.

Os jornais e a imprensa desempenham um papel central numa sociedade democrática porque funcionam como fonte central de informação, controlam o poder e moldam a opinião pública. Os jornais são meios de comunicação impressos que fornecem notícias, análises e opiniões sobre uma ampla variedade de tópicos, enquanto o jornalismo abrange todos os meios de comunicação, incluindo jornais, revistas, rádio, televisão e mídia digital. Por isso, “a mídia pode ser definida como os meios de comunicação que levam informações ao público, não levando em conta a individualidade de cada expectador. Entre os exemplos mais conhecidos da mídia estão a televisão, a internet, o rádio, o jornal, o outdoor” (Thompson, 2011 *apud* Lima, 2018, p. 22).

Ou seja, segundo Amorim (2015) *apud* Lima (2018), esses meios de comunicação é considerada a quarta força, o quarto maior segmento econômico do mundo, a maior fonte de informação e entretenimento que a população dispõe. Deste modo, é preciso elencar como a imprensa começou a se desenvolver no Brasil. Para tanto, como argumenta Brasil (2006), com a chegada da corte de D. João VI em 1808, o jornalismo começou a se desenvolver no Brasil. No início, fornecia apenas informações e documentos governamentais, todos sujeitos à censura real. O atual sistema de censura permaneceu no Brasil até 1820. Dois anos depois, o Brasil tornou-se independente. Depois começaram a publicar jornais sem autorização das

autoridades. Mas somente após a constituição de 1988 o Brasil obteve plena liberdade de expressão e comunicação pública.

Em função disso, é fundamental destacar que o jornalismo passou por um quadro de desenvolvimento em cinco épocas diferentes, de acordo com Marcondes Filho (2000):

Pré-história do jornalismo (1631 a 1789) – Foi caracterizada por uma economia simples, a produção era artesanal e assumia forma semelhante ao livro. Primeiro jornalismo (1789 a 1830) – Foi caracterizado pelo conteúdo literário e político, com texto crítico, economia deficitária e comandado por escritores, políticos e intelectuais.

Segundo jornalismo (1830 a 1900) – A imprensa de massa marcou o início da profissionalização dos jornalistas, a criação de reportagens e manchetes, a utilização da publicidade e a consolidação da economia de empresas.

Terceiro jornalismo (1900 a 1960) – A imprensa monopolista, foi marcada por grandes tiragens, influência das relações públicas, grandes rubricas políticas e fortes grupos editoriais que monopolizavam o mercado.

Quarto jornalismo (1960 em diante) – Foi caracterizado pela informação eletrônica e interativa, com ampla utilização da tecnologia, mudança das funções do jornalista, muita velocidade na transmissão de informações, valorização do visual e crise da imprensa escrita. (Filho, 2000 *apud* Brasil, 2018, p. 9).

Com isso, graças a essas características, conforme descrita por Almeida (2017) *apud* Lima (2018), os meios de comunicação de massa criam uma organização social a partir do momento em que direcionam a circulação de notícias e conteúdos transmitidos à sociedade, e muitas vezes também a hierarquização das informações. Apenas a partir dos séculos XIX e XX é que as empresas jornalísticas começaram a se desenvolver, impulsionadas pelo paradigma da informação e pela ideologia capitalista. Naquele momento, “os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros, apontando como objetivo fundamental o aumento das tiragens” (Traquina, 2005, *apud* Cruz, 2018, p. 16). Desta maneira, com a emergência dessa nova estrutura, o jornalismo abandona sua concepção romântica e se encaminha rumo à profissionalização, se configurando como uma indústria de notícias e fortalecendo seu vínculo com o sistema econômico-político dominante.

Seu poder manipulador pode funcionar como uma espécie de censura sobre diversos assuntos, levando a uma um grupo de pessoas que têm uma opinião parcial sobre um determinado assunto. Sendo assim, “o jornal é a atividade profissional que se ocupa na realização de notícias, fatos e informações em geral. Inclui a prática de apurar, relatar, redigir e editar informações.” (Rodrigues e Felz, 2015 *apud* Lima,

2018, p. 23). Com isso, Ghizzoni (2013) afirma que ao buscar valor agregado a um produto de informação, empresas passaram a ter como objetivo aproximar o conteúdo jornalístico dos leitores para alcançar um público maior.

Desde então, os jornais mudaram gradualmente grandes empresas que combinam os chamados meios de comunicação de massa, para poder atingir centenas de milhares de pessoas todos os dias. Portanto, “o jornal fornece um campo bastante profícuo para a análise de discurso, cujo principal objetivo é contribuir para que elementos que não estão em evidência sejam notados e suas intenções sejam reveladas.” (Carvalho, 2013 p. 3). Para Machado de Assis (2011), os jornais seriam muito melhores que os livros em termos do seu potencial para democratizar a cultura e difundir ideias diferentes entre muitas pessoas. De acordo com ele:

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções. O jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social. Quem poderá marcar todas as consequências desta revolução? (Assis, 2011 *apud* Campos, 2012, p. 52-53).

Em vista disso, compreendemos que na sociedade democrática, os jornais e a imprensa têm a responsabilidade de informar os cidadãos de forma precisa, imparcial e objetiva. Eles desempenham um papel crucial na disseminação de informações sobre eventos atuais, políticas governamentais, questões sociais e econômicas, permitindo que os cidadãos tomem decisões informadas e participem do processo democrático.

Sendo assim, Conforme Silva, P. H (2007) *apud* Lima (2018), existem alguns tipos de gêneros textuais de artigos em jornais, e são eles (os mais comuns): A notícia, que é classificada como um pequeno depoimento, e conta sobre um episódio recente. Também representa informações novas e atualizadas de interesse geral. Em geral, descreve os fatos e, no máximo, suas consequências. Para ela, é do gênero básico de jornalismo;

Reportagem. Se a notícia é o gênero básico do jornalismo, a reportagem é o seu gênero mais elaborado, o gênero jornalístico por excelência. O principal objetivo de uma reportagem é informar com profundidade e exaustividade, contando uma história. É um relato ampliado de um determinado acontecimento.

Editorial, este é um gênero jornalístico argumentativo. É nele que se expressa a opinião da revista/jornal sobre um determinado assunto ou acontecimento importante, e tem uma linguagem mais elaborada. Por isso, um editorial é sempre da responsabilidade da direção do órgão jornalístico ou de alguém da sua inteira confiança. A Entrevista, que possui a função sociocomunicativa de mostrar a opinião do entrevistado ao leitor sobre determinado assunto, bem como levantar uma discussão sobre um tema. Pode-se ter entrevistas de temas sociais, como a política, e sobre vários temas. E o artigo, sendo um gênero que pode ser argumentativo ou dissertativo. É um texto em que seu autor expressa sua opinião, expõe ideias, analisa fatos e discorre sobre temas diversos ou destaque no momento. Este pode ser classificado em: político, científico e de opinião. (Silva, 2007 *apud* Lima, 2018, p. 23-24).

Assim, os jornais e a imprensa são os alicerces de uma sociedade democrática que transmitem informações, controlam o poder e influenciam a formação da opinião pública. Desempenham um papel fundamental na promoção da transparência, da participação dos cidadãos e do reforço da democracia. A imprensa também desempenha um papel importante na formação da opinião pública. Ao selecionar e apresentar notícias, análises e opiniões, os jornais influenciam a forma como as pessoas veem e interpretam eventos e questões sociais. No entanto, é importante que a imprensa seja imparcial e diversificada, permitindo uma amplagem de perspectivas e opiniões para que os cidadãos possam tomar decisões informadas.

Durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que exerceu o cargo de 2003 a 2010, a relação entre os jornais e o governo foi caracterizada por momentos de tensão e conflito, além de momentos de cooperação e parceria. E nesta época a palavra “economia”, foi muito falada pelos políticos e por grande parte da mídia no Brasil. Durante o período de crescimento econômico na era Lula, a relação entre os jornais e o governo foi complexa e multifacetada. De um lado, havia a necessidade dos jornais de informar o público sobre as políticas externas governamentais e seus impactos na economia. De outro, havia a pressão do governo para que a mídia divulgasse uma imagem positiva do país e de suas realizações.

Essa tensão resultou em uma cobertura muitas vezes polarizada, com alguns jornais adotando uma postura crítica em relação ao governo e outros defendendo suas políticas. Foi neste período, que a imprensa desempenhou um papel fundamental na sociedade brasileira, sendo responsável por informar a população sobre os acontecimentos políticos, econômicos e sociais do país. Portanto, como campo de informação, a imprensa livre é fundamental para a democracia, e que cabe aos jornalistas buscar a imparcialidade e apresentar os diferentes pontos de vista de forma

equilibrada. Como afirma, Adriano Cruz (2018): “é preciso entender que, apesar de todas as imperfeições e críticas, o Brasil vive um momento histórico democrático, no qual a liberdade de expressão e a de Imprensa são constitutivas.” Logo, sabemos que os jornais foram responsáveis por informar a população sobre os acontecimentos políticos, portanto, é necessário descrever como foi a influência da imprensa sobre a economia na era Lula.

Enquanto as políticas econômicas do governo Lula estiveram em vigor, a imprensa brasileira teve uma participação essencial na divulgação dessas medidas. De maneira geral, a cobertura foi vasta e diversificada, com os veículos de comunicação apresentando diferentes perspectivas. No entanto, houve alguns aspectos positivos e negativos que foram recorrentemente abordados pela imprensa.

Segundo Guilherme (2008), em um Estado que se considera democrático, como é o caso do Brasil, a mídia busca ser reconhecida como livre, independente, imparcial e objetiva. Especialmente após o fim da ditadura militar e sua censura, os jornais, televisões, revistas e outros veículos de comunicação tentam transmitir a ideia de que estão acima de qualquer suspeita e que suas reportagens e opiniões revelam a única verdade absoluta. Contudo, uma análise mais minuciosa sobre o assunto nos leva a uma conclusão oposta. De acordo com o ele:

No sistema capitalista, tudo o que se produz é mercadoria, tem seu valor, precisa de vendedores e compradores. Nesta lógica, a notícia passa a ser simples mercadoria, uma vez que o proprietário do veículo de comunicação visa também o lucro, pois, caso contrário, está fadado à falência. (Guilherme, 2008, p. 117).

Dessa forma, liberdade e a independência da imprensa é um mito. Possuir um veículo de comunicação é a forma como o proprietário ou o grupo a ele associado, encontra a sua opinião sobre temas diversos, omitir informações ou mesmo distorcê-las de acordo com seus desejos/interesses. Por outro lado, conforme Paulo Liedtke (2006), a imprensa é a que recebe maior destaque devido ao seu poder expressivo e convincente na sociedade, embora nem sempre represente os verdadeiros interesses da população. Nesse aspecto, Bethania Mariani ressalta a influência que essa atividade possui sobre as decisões políticas, além do engajamento ideológico de certos setores da imprensa.

Nos dias de hoje, não se nega mais a atuação da mídia, em geral, e também da imprensa, mais especificamente, nas situações em que ocorre a tomada de decisões políticas. A própria mídia tem

reconhecido esta questão e dedicado vários artigos para discuti-la do ponto de vista ético. Se, antes, a imprensa só posicionava-se como um veículo neutro e imparcial, hoje, ainda que timidamente, ela assume seu lado interpretativo, e o fato de que cada jornal acaba tomando uma direção política prioritária. Sem dúvida, está cada vez mais em evidência esse aspecto do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia: a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias. (Liedtke, 2006,p. 21-22).

As observações da autora reforçam a polêmica sobre o duplo papel da imprensa na política. Portanto, a imprensa tanto pode contribuir positivamente como ameaçar a estabilidade do gestor público. Num país democrático, a imprensa exige imparcialidade e independência, no entanto, a notícia também é uma mercadoria imbuída de um caráter ideológico pelo qual lutar. E para isso, são criados alguns modelos de manipulação.

No texto "Significado político da manipulação na grande imprensa", produzido por Perseu Abramo em 1988, mas publicado somente em 2003, o autor explanava seu ponto de vista sobre o modo como a imprensa opera. Segundo Abramo (2003), a imprensa não apenas retrata a realidade, mas também constrói uma outra realidade, baseada em seu conjunto de conhecimentos. “Ao identificar cinco padrões de manipulação - indução, fragmentação, ocultação, inversão e globalização -, Abramo concluiu que a grande imprensa funciona como um verdadeiro partido político, no qual defende os interesses das elites que representa.” (Liedtke, 2006, p. 23).

Já Guilherme (2008, p. 118) nos demonstra que:

compreende-se que a imprensa tem a função de investigar para revelar, supervisionar, denunciar, apontar erros, mostrar o que é feito e o que não é. Nesse sentido, a mídia não se apresenta como imparcial, mas como parte socialmente interessada, expressando opiniões, fazendo julgamentos e críticas baseados em argumentos, fatos e visões de mundo. A essência jornalística é essa: o fato vem antes da opinião.

Assim, neste breve esboço acerca da imparcialidade/parcialidade da imprensa, consegue-se alocar o jornal *Folha de São Paulo*, o *Estadão*, e a Revista *Veja*, para entender como a política externa de Lula foi amplamente discutida na mídia brasileira, gerando opiniões divergentes e debates acalorados.

### 3.2- A VISÃO DE ALGUNS VEÍCULOS DA IMPRENSA: FOLHA DE SÃO PAULO, ESTADÃO, A REVISTA VEJA.

Ao longo dos tempos, os jornais e as revistas se tornaram um alicerce confiável para se adquirir conhecimento, mantendo-se até os dias de hoje como uma das formas mais queridas de se manter atualizado sobre o panorama global. Mesmo com o advento das mídias digitais, os jornais se mantêm como uma fonte crucial para inúmeras pessoas em busca de informações. Isso se deve à singular experiência oferecida pelas páginas impressas, pois enquanto as mídias digitais são instantâneas e frequentemente superficiais, os jornais e revistas garantem uma cobertura substancial e reflexiva dos eventos.

Deste modo, o objetivo deste tópico é levantar questões sobre o governo Lula e pensar o papel da imprensa em relação a política externa no governo de Lula da Silva. Ressaltamos sobretudo a chamada imprensa mais tradicional. Portanto, o jornal *Folha de São Paulo*, tem apresentado bastante matérias sobre a política externa implementada pelo governo de Lula, e deste modo, será abordado nessa monografia. Sendo assim, ao Luiz Inácio Lula da Silva completar cem dias de governo, o jornal *Folha de São Paulo* publica e aponta oposição, retrocesso e paralisia no governo. Segundo o mesmo, os primeiros passos do governo foram suficientes para que a oposição começasse a formular um discurso crítico que parecia distante quando o PT assumiu o poder. Naquele momento, o governo aproveitava, e ainda se sustenta, na popularidade do presidente Lula da Silva. Orgulhava-se em afirmar que não havia oposição. Mas não demorou para que ela se manifestasse. Em um trecho publicado intitulado “oposição aponta retrocesso e paralisia”, os jornalistas Raimundo Costa e Raquel Ulhôa escrevem:

"Retrocesso, contradição, paralisia e imprudência" são os males do Brasil na visão do PFL, a sigla que mais rapidamente parece se acostumar à vida de oposição. "São as quatro pragas dos cem dias de governo", diz o presidente pefelista, senador Jorge Bornhausen. Para o PSDB, o PT governa sob a "marca do improviso". (Folha de São Paulo, 09 abr de 2003).

Em outro momento, ainda no ano de 2003, o jornal expôs os principais fatos que marcaram os primeiros dias do regime petista no comando do país. Em uma de suas notícias, a folha publica que: “a prioridade é pobreza”:

O governo Luiz Inácio Lula da Silva, passados cem dias de mandato, começa a definir sua cara, diferente daquela mostrada nos

palanques. Se, na política econômica, o PT promete radicalizar o ajuste fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso, na política social, a idéia agora é levar adiante uma obra que o antecessor não conseguiu concluir.

[..] O documento divulgado na última quinta-feira pelo Ministério da Fazenda deixa claro que a prioridade nessa área deve ser o combate à pobreza e à desigualdade social e não especificamente à fome, como pretendia a distribuição de comida e o benefício do cartão-alimentação, vinculado à compra de alimentos. (Folha de São Paulo, 13 de abr. de 2003).

No final do artigo, o jornal destaca, ao prever que o Brasil deverá manter uma economia de gastos equivalentes ao superávit fiscal deste ano (4,25% do PIB) por pelo menos nove anos, até que o tamanho da dívida pública se estabilize, surgindo então um desafio. O governo insiste que o maior problema não é a falta de recursos, mas sim o mau uso dos gastos. Seu ministro da Fazenda, Palocci, reafirma a urgência de os programas sociais ajustarem o foco e começarem a contar com um sistema de avaliação. Além de buscar um forte ajuste nas contas públicas, a "nova" política econômica procura reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira através do aumento do comércio exterior. Não há novas metas de exportação nem menção à redução das importações, mas o governo sinaliza a possibilidade de incentivar setores da economia por meio de uma política industrial. Para compensar os efeitos recessivos do ajuste nas contas públicas, o governo se compromete a estimular o microcrédito para os menos favorecidos e também a buscar reduzir o custo dos financiamentos.

Dessa forma, a citação acima comprova que de acordo com Vizontini (2005, p. 388), "as relações internacionais do governo Lula são dotadas de três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social". O programa social é compreendido pela transferência de políticas públicas para o âmbito internacional, o que ocorreu por meio da internacionalização de programas sociais como o Bolsa Família e o Fome Zero. Esses esforços se refletiram nas políticas públicas dos programas Bolsa Família e Fome Zero, os quais tinham como meta incentivar a obtenção de recursos para promover não apenas o crescimento econômico, mas também o aperfeiçoamento humano. (Faria, 2012, p. 337).

Por sua vez, também a famosa Revista *Veja*, fundada em setembro de 1968, tem demonstrado uma postura política mais evidente nos últimos anos, especialmente em relação ao governo federal do Brasil. Desde 2003, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), a revista tem adotado uma abordagem crítica e ideologicamente tendenciosa, contrária à orientação de esquerda do partido. Suas capas destacam matérias e reportagens que enfatizam episódios de denúncia, corrupção e práticas

políticas, frequentemente divulgadas pela mídia tradicional. (Tavares, 2016). Deste modo, a revista é conhecida por suas críticas ao que considera esquerdismo ultrapassado, porém, com chegada de Lula ao poder, não negou elogios. O título da capa da edição de 30 de outubro de 2003 é "Triunfo Histórico". É precedido por uma fotografia de Lula sorridente segurando uma bandeira do Brasil: o primeiro presidente de origem popular. (DA SILVA, 2006, p. 9).

A revista ainda diz que o desafio é “reparar a injustiça social sem comprometer as conquistas da era FHC”. A reportagem está cheia de esperança e elogios à maturidade do membro do PT. A manchete interna diz simplesmente: “Lula muda a história”. Então, inicialmente a revista não se opôs ao governo Lula. Contudo, em 8 de janeiro de 2003, uma semana após a posse do novo presidente, a capa apresentou um trocadilho: “Lula-de-Mel”. Mas avisou que: “Agora começa o acerto de contas”. De quem? Claro que da sociedade e claro também da imprensa. (DA SILVA, 2006, p. 9).

Em uma Carta ao Leitor, de novembro de 2006, a revista apresenta um contexto intrigante em relação ao assunto em questão. (GUILHERME, 2018). *Veja*, se defende diante de uma charge divulgada pelo Jornal do Comércio de Porto Alegre. Essa charge retrata um diálogo fictício entre um vendedor de revistas e o presidente Lula, no qual o presidente solicita uma revista "sacanagem". Nesse momento, o vendedor pergunta qual revista o presidente gostaria, e a resposta é surpreendente: "A *Veja*, aquela que só me sacaneia!". A revista se defende refutando a falsa noção de que a revista persegue o presidente Lula:

o fato é que VEJA não tem por objetivo fustigar ninguém. Sua história está aí para provar. (...) VEJA fiscaliza o poder (...) a defesa da democracia, da livre-iniciativa, da liberdade de expressão e opinião. (...) Imprensa livre não é imprensa neutra. O lado de VEJA é do lado do Brasil. (*Veja*, 01 nov, de 2006, p.9 *apud* Guilherme, 2008, p. 118).

Lula enfrentou desconfiança e ceticismo tanto da imprensa quanto do mercado financeiro devido à sua origem sindical e às crises econômicas anteriores no Brasil. No total, a revista *Veja* publicou 206 edições entre 1 de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2006. Durante esse período, foram elaboradas 621 reportagens sobre o início do governo do PT, sendo que 252 delas abordaram os escândalos. Em outras palavras, 40,6% da cobertura da revista *Veja* sobre o governo petista inicial focou nos escândalos do Planalto, resultando em uma abordagem negativa em relação a Lula e o PT. Esse percentual aumenta significativamente ao considerarmos apenas as capas

produzidas semanalmente sobre o governo. A administração de Lula foi capa da *Veja* por 54 vezes entre 2003 e 2006, o que equivale a mais de um quarto das edições. Destas, 32 tinham como tema os escândalos, representando 59,3% do total. (Makhoul, 2009).

Nos primeiros anos do governo Lula, a revista *Veja* tenta mostrar que o PT e Lula já estão colocando em risco as conquistas da era FHC. Na data de 16 de julho de 2003, a capa inicial deste assunto veiculou com uma manchete convincente: "O Brasil apagou". A ilustração de um fósforo apagado emula uma figura humana, curvada e desolada numa poltrona com as cores nacionais. O subtítulo traz um comunicador perspicaz e assertivo anunciando: "A economia do país está parada e não haverá o 'espetáculo do crescimento' tão cedo. Mas é possível reacender a chama do desenvolvimento. *Veja* como". Diferentemente do governo, a publicação detém o conhecimento de como contornar a situação econômica atual, mesmo diante de suas adversidades. Com um título igualmente apocalíptico, o conteúdo da capa se desdobra nas páginas internas sob o mote: "No fundo do poço". (Makhoul, 2009, p. 35).

Quando Lula assumiu a presidência do Brasil, o país enfrentava uma séria crise econômica, caracterizada por taxas de juros elevadas, desemprego crescente e queda na renda. No entanto, a revista não menciona esses aspectos. Apenas destaca que "uma série de más notícias pintou um cenário mais sombrio do que se poderia supor com as previsões mais pessimistas". (Makhoul, 2009, p. 35). Desse modo, observa-se a *Veja* teve reações diversas sobre o governo Lula. Os jornais favoráveis ao governo destacaram o fortalecimento da economia brasileira, com o aumento de parcerias internacionais. Porém, outros jornais adotaram uma postura crítica em relação ao período de crescimento econômico.

Em outro artigo da *Folha de São Paulo* no ano de 2006, intitulado "Lula quer intensificar e diversificar parcerias internacionais, diz ministro". O jornal mostra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem como objetivo fortalecer e ampliar as parcerias internacionais no ano de 2006, de acordo com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. E recentemente, Lula teve uma reunião com aproximadamente 60 embaixadores e chefes de missões diplomáticas brasileiras, na qual ressaltou que o desempenho positivo da balança comercial do Brasil em 2005 reflete os esforços da política externa brasileira. Segundo o jornal:

As exportações brasileiras atingiram nível recorde em 2005, totalizando 118.309 bilhões. Segundo dados divulgados nesta semana pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior,

houve crescimento de vendas de produtos brasileiros para todas as regiões econômicas. O destaque ficou por conta de regiões não- tradicionais, como Europa Oriental (alta de 55,8%), África (crescimento de 41,4%), Aladi (mais 27,5%, excluindo o Mercosul) e Ásia (aumento de 16,7%). Apenas no mês de dezembro as exportações para a Croácia, por exemplo, cresceram 291,21%; para a Etiópia, 270,37%; para Bangladesh, 256,04% e para Gana, 212,69% -- todos mercados não-tradicionais e com pequena participação na pauta brasileira. Amorim destacou que a diversificação de parcerias não ocorreu em prejuízo de parcerias tradicionais, como aquelas com Estados Unidos e União Européia. "As nossas exportações para os Estados Unidos e a União Européia estão em nível recorde." (Folha de São Paulo, 05 de nov de 2006).

Sendo assim, esse artigo da *Folha de São Paulo* faz um contratempo com o artigo de Ricupero, no qual, segundo ele, a política externa do governo Lula desdobrou-se desde o início ao longo de eixos principais. Nesse caso, a citação acima é complementar do quarto eixo, em que: "A edificação de espaço político-estratégico e econômico-comercial de composição exclusiva sul-americana (implicitamente de preponderância brasileira no resultado, se não na intenção), a partir da expansão gradual do Mercosul." (RICUPERO, 2010, p. 40). Para Ricupero, o equilíbrio dos resultados alcançados pela diplomacia sugere progressos variados, mas talvez em nenhum caso o objectivo tenha sido realmente alcançado, excepto talvez no mais simples eixo Sul-Sul.

Em outro editorial da Folha, intitulado "Diplomacia e ditadura", publicado em outubro de 2017, é feita uma crítica incisiva ao PT, a *Folha de S. Paulo* relativiza as críticas da oposição à política externa do governo Lula, argumentando que o Brasil não deve limitar suas relações diplomáticas apenas a países democráticos. No entanto, ressalta que a diplomacia brasileira historicamente não é caracterizada por viagens desnecessárias e relações multilaterais com países fechados." (Carvalho, 2016).

A política externa da gestão Lula coleciona alguns equívocos. Mesmo assim, é exagerada a crítica de setores da oposição a seu atual périplo africano. Censura-se o presidente por visitar ditaduras. Dos quatro países no roteiro, dois (República Popular do Congo-Brazzaville e Angola) são classificados como não livres pela Freedom House - tradicional fundação americana criada em 1941 por Eleanor Roosevelt. Um (Burkina Fasso) é considerado parcialmente livre, e apenas a África do Sul constitui uma sociedade aberta. Não faz sentido exigir que o presidente Lula ponha os pés apenas em nações democráticas. Nenhum presidente do mundo se utiliza desse critério, assim como não o fez Fernando Henrique Cardoso, que visitou templos da tirania como a China e Cuba. [...] O Ministério das Relações Exteriores ensaiou alguns passos nessa direção no auge de sua obsessiva campanha por uma vaga permanente no

Conselho de Segurança (es) da ONU. Em busca de apoio, o Brasil depositou alguns dos votos mais vergonhosos da história de sua diplomacia, como abster-se na moção que exigia o julgamento dos responsáveis pelo genocídio de Darfur (Sudão). [...] No caso de países latino-americanos que integram, com o Brasil, associações em que vigora a cláusula democrática - como a Organização dos Estados Americanos e o Mercosul-, a atenção brasileira às liberdades civis deve ser maior. O país deveria também, em instâncias como o Conselho de Direitos Humanos da ONU, abandonar a conivência com os abusos perpetrados pela ditadura cubana. (Folha de São Paulo, 2007h, p. A2 *apud* Carvalho, 2016, p. 354).

Já o jornal *Estadão* analisa a política externa de Lula como uma falha tática. O jornal no ano de 2009 publica um artigo intitulado “Falência estratégica”. Nele, o jornalista Marcelo Abreu critica às deficiências da política externa brasileira.

[...] dois episódios particularmente penosos para a diplomacia brasileira: a trapalhada hondurenha e as relações calorosas com Teerã. Para não falar em Cuba. Vale lembrar a cínica referência da diplomacia norte-americana a respeito de Vargas, no final dos anos 30: “É uma ditadura mais aceitável do que outras.” A política brasileira é incoerente. Baseia-se ora em Realpolitik, ora em defesa fervente da democracia. O Brasil se vê em situação de notório desgaste em relação ao tema hondurenho e na incômoda companhia dos líderes populistas na órbita do neobolivarianismo. A relação custo-benefício da operação foi assombrosamente alta. Muitos diriam que infinita, pois só houve custo. A racionalização da visita de Ahmadinejad a Brasília também continua a desafiar os analistas. Mesmo de um ponto de vista ingênuo, não há viabilização de pleito no Conselho de Segurança das Nações Unidas que ajustifique. Lula definitivamente pisou na bola ao questionar a autoridade moral de Estados Unidos e Rússia ao exigirem que o Irã cumpra as determinações da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), pois são potências nucleares. A gracinha foi anotada e, de novo, não valeu a pena. Suscita desconfiança quanto à real posição brasileira sobre a não-proliferação de armas nucleares, já espicaçada quando funcionários brasileiros lamentaram que o Brasil tivesse assinado o Tratado de Não-Proliferação no governo FHC. Esses episódios, somados ao atolamento no Mercosul e às agruras da cooperação substantiva com as grandes economias do Sul, sublinham a fragilidade da política externa. Será que o presidente gosta de tomar lições da senhora Kirchner sobre o protecionismo brasileiro e as relações assimétricas no Mercosul? A conclusão que se impõe é que a debilidade da política externa não tem que ver com a sua implementação, mas com a sua formulação estratégica equivocada, isto é, com a sua essência. (*Estadão*, 14 de dez, de 2009).

Diante dessas circunstâncias, o artigo apresenta críticas à estratégia que norteia a política externa, as quais devem ser estendidas à estratégia global do governo, englobando também o aspecto econômico. De acordo com o jornalista, a situação era bastante preocupante, pois o Brasil estava em um momento propício para

alçar voo em direção ao crescimento acelerado, após quase três décadas de um crescimento muito tímido. Para concretizar esses desejos, seria essencial definir uma estratégia que abrangesse uma ampla variedade de temas, permitindo, assim, o máximo aproveitamento do surpreendente ganho proporcionado pelas recentes descobertas de petróleo.

Em outra matéria publicada pelo jornal, o jornalista Rubens Barbosa destacou que um dos aspectos da política externa que tem recebido pouca atenção de analistas e estudiosos é a prestação de assistência técnica e financeira pelo Brasil a dezenas de países, especialmente na África e nas Américas. Para ele, esta política:

Trata-se de um dos desdobramentos da política Sul-Sul desenvolvida nos últimos oito anos pelo governo brasileiro. Sem chamar muito a atenção, e gradualmente aumentando seu soft power, o Brasil está se tornando um dos maiores doadores e prestadores de assistência técnica e financeira para os países de menor desenvolvimento relativo. Por meio de diversas formas de ajuda, o Brasil, somente em 2010, ter-se-ia comprometido com mais de US\$ 4,5 bilhões. (Estadão, 12 de out, de 2010).

O jornalista Rubens Barbosa neste artigo ressalta que as ações governamentais no exterior, a quantia e a origem dos recursos transferidos aos países mais pobres, enfatizam a solidariedade em consonância com as ações políticas do Brasil no cenário internacional. Para o jornalista, na verdade, algumas das motivações que explicam a diplomacia generosa na América Latina e na África envolvem a busca de reconhecimento para o Brasil e para o presidente Lula, o empenho em obter apoio para nossa aspiração de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e interesses comerciais relacionados à abertura de mercado para os serviços prestados pelas empresas brasileiras, competindo, principalmente, com o governo e as empresas chinesas. (Barbosa, Estadão, 12/10/2010). Dessa forma, isso reforça a fala de Celso Amorim ao expor que Lula tinha muito interesse em aumentar o número de países com os quais o Brasil interagira, esperando se tornar um líder entre os países menos desenvolvidos do mundo e orientar esse grande número de países (o que significa um grande número de votos em organizações internacionais) para promover interesses do Brasil. (Amorim, 2010).

Dessa maneira, a análise dos Jornais e revistas sobre a política externa de Lula de 2003 a 2010 aponta que Lula realizou ativamente a diplomacia em diferentes frentes, num esforço para consolidar a posição do Brasil como um ator relevante no cenário internacional. O governo de Lula procurou construir parcerias estratégicas com outros países e organizações internacionais através de políticas que visam a

inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a promoção da paz. Neste caso, é preciso também analisar como essas políticas apareciam nos documentos do governo, e como para alguns autores o Brasil se tornou um ator no cenário internacional, e é neste aspecto que a pesquisa se torna essencial.

### **3.3 - A POLÍTICA EXTERNA NA DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DO GOVERNO, OOUTRO LADO DA NOTÍCIA: SITE OFICIAL GOV-BR**

A diplomacia brasileira é um assunto de extrema relevância para o Brasil e para o restante do mundo. Desde os anos 90, o país tem buscado ampliar sua participação no cenário internacional, sendo notável a atuação do governo Lula (2003-2010). Durante esse período, a prioridade da política externa brasileira foi promover o desenvolvimento, a democracia e a paz global. Para atingir este objetivo, o governo adotou uma série de estratégias marcadas por uma política externa proativa. Lula e sua equipe diplomática buscaram ampliar as relações do Brasil com outros países, especialmente os do Hemisfério Sul, e promover uma imagem positiva do país no cenário internacional.

O ex-ministro Celso Amorim ressalta que a política externa de Lula pode ter dado certo, pois:

O resumo dessa política seria, a defesa dos interesses nacionais em negociações comerciais, buscando a integração da América do Sul e a aproximação com países de dimensões semelhantes (Índia, África do Sul, China), e maior contato com a África e Oriente Médio, sem perder a interlocução com os Estados Unidos e a União Européia. "O crescimento do comércio e das exportações em todas essas frentes é a expressão mais fácil do sucesso da política externa". Mas também há uma dimensão política: o povo gosta de se reconhecer positivamente na relação com o mundo, não quer se ver cabisbaixo, com uma certa subserviência. (Brasil, 2006).

Segundo Lopes (2022), quando Lula assumiu a presidência em 2003, gerou-se uma grande expectativa sobre sua atuação política, tanto nacional quanto internacionalmente. A originalidade de sua política e um dos motivos que a tornaram um sucesso, conquistando reconhecimentos internacionais, como o prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Promoção da Paz em 2009 e elogios de órgãos internacionais em relação ao combate à fome e à pobreza, foi resultado da estratégia de interligar a política interna com a política externa. (Lopes, Estadão, 07/11/2022).

Deste modo, de acordo com Ricupero, o presidente Lula fortaleceu e

acrescentou a essas condições favorecendo o exemplo de simbolizar de alguma forma a ascensão de um país inteiro através de sua história pessoal. Sua identificação com a grande causa social da erradicação da fome e da pobreza, seu carisma confiante e sua vocação natural para a negociação são fatores adicionais que fortalecem a imagem externa do Brasil como ator global. (Ricupero, 2010, p. 38). Em seu discurso do prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Promoção da Paz em 2009, Lula reafirma que o desenvolvimento e a estabilidade dos nossos países vizinhos são a base para o nosso progresso. Na sua fala:

[...] Senhoras e senhores, para vencer a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, não basta avançar no âmbito nacional. É uma ilusão imaginar que a prosperidade e a democracia podem ser logradas em meio à miséria. O desenvolvimento e a estabilidade de nossos vizinhos são fundamentais para a construção de nosso próprio progresso. Não tenho dúvidas de que as Metas de Desenvolvimento do Milênio serão alcançadas no Brasil. Mas é necessário assegurar que sejam atingidas na América Latina como um todo e nos demais países em desenvolvimento. (Brasil, 2009).

Sendo assim, é perceptível que a marca da política externa de Lula foi o fortalecimento das relações do Brasil com outros países em desenvolvimento, especialmente na África e na América Latina. Essa aproximação foi baseada no compartilhamento de interesses e valores comuns, como a defesa da democracia e a luta contra a pobreza e as desigualdades, além da cooperação com os povos do Sul. Dessa forma, como explica (Lopes, 2022), o então presidente pôde combinar essas questões e promover uma inserção internacional com base nos programas sociais que estavam sendo desenvolvidos e implementados nacionalmente. Aproveitando o cenário político favorável aos governos progressistas, conhecido como "onda rosa", Lula utilizou a agenda social como meio para fortalecer a integração entre os países latino-americanos, que compartilham tanto um passado colonial como desafios semelhantes.

Dessa forma, de acordo com (Vigevani; Cepaluni, 2007), “o Brasil apresentava propostas alternativas para ampliar sua abrangência. Ou seja, para o governo de Lula, a diversificação não se limitava apenas às relações econômicas com outros Estados, mas também envolvia a capacidade de atuar em assuntos que não ofereciam benefícios imediatos, como a integração regional e o fortalecimento político, econômico, social e cultural das nações latinas.” Esses esforços mencionados foram incorporados às diretrizes dos programas Bolsa Família e Fome

Zero, que tinham como objetivo impulsionar o aumento das receitas, resultando não apenas em crescimento econômico, mas também em desenvolvimento humano.

Faria (2012, p. 337) descreve esse fenômeno como uma transferência de políticas públicas, que pode ser entendida como um "processo de instrumentalização da difusão de políticas sociais internas para o âmbito internacional". Dessa forma, o Brasil deixou de ser um importador para se tornar um exportador de políticas, como destacado por Vizentini (2005), e passou a desempenhar um papel fundamental na inclusão da agenda social como um projeto de política internacional. Dessa maneira, ao buscar fortalecer sua imagem positiva no mundo e construir relações com outros países, o ex ministro de Lula da Silva, Celso Amorim declara que "O Brasil nunca teve tanto prestígio". Para ele:

[...] no governo de Lula o Brasil ganhou um prestígio que nunca teve, a ponto de ter papel de protagonista nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de ser convidado para participar das reuniões do G8, que inclui os sete países mais ricos do mundo.

[...] Muitas coisas que estavam no programa de governo do presidente Lula ocorreram. Houve o fortalecimento do Mercosul e a inclusão da Venezuela no bloco. Construimos a Comunidade Sul-Americana de Nações. Aconteceu a integração com a África, países árabes e outros grandes países em desenvolvimento. Essa integração não ocorre só em termos formais, mas em termos materiais. Houve aumentos espetaculares no comércio. As pessoas esquecem de dizer que o comércio aumentou mais onde colocamos ênfase na política externa. Não alcançamos todas as metas, como a ampliação do Conselho de Segurança da ONU e a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas estas questões não dependem só de nós. E, mesmo nestes casos, caminhamos na direção certa. (Brasil, 2006).

Nesse caso, como afirmava o ministro das Relações Exteriores – Celso Amorim (2010, p. 216), de fato, pode-se afirmar que política externa teve uma continuidade no desenvolvimento econômico nacional e um lugar de destaque no cenário internacional. Dessa forma, podemos perceber que todas as medidas mencionadas até agora foram de extrema importância para o Brasil conquistar reconhecimento internacional e também assumir uma posição de liderança social, provocando discussões que anteriormente eram negligenciadas, como a problemática da fome e da pobreza nos países do Sul Global. Assim sendo, as iniciativas surgidas da política de Lula despertaram atenção para a urgência de se considerar alternativas no combate a essas adversidades.

Assim sendo, todo este trabalho tentou mostrar que as eleições de 2002 marcou um momento extraordinário: o maior partido de tendência progressista no Brasil, um dos mais influentes e antigos da América Latina, assumiu a presidência do país. O eleito, com mais de 50 milhões de votos, era alguém aliado dos círculos da elite, simbolizando um gesto de resistência e rejeição às consequências negativas da

globalização, às irregularidades do sistema financeiro e à agenda política que privilegia debates sobre a integração econômica do Brasil no cenário internacional, em detrimento de uma abordagem mais aprofundada do projeto social do país. (Makhoul, 2009).

"Apesar da mudança evidente, o discurso enunciável sobre a posse de Lula foi o discurso da continuidade. Assim, a função desempenhada pelos meios de comunicação nessa cobertura foi administrar os deslocamentos de sentido desfavoráveis a tal compreensão. Em função disso, apesar dos inúmeros registros visuais da presença popular na Esplanada, as revistas disseram ao povo, ator fundamental do processo democrático, que voltasse para casa depois da festa; disseram também que a história política do PT deveria ser lembrada como um esquecido sonho de juventude. É histórico o comprometimento ideológico das grandes empresas de comunicação com os interesses da classe dominante e o temor de uma revolução civil pela tomada do poder. Daí o esforço da mídia, explicitado na análise das matérias de capas das revistas *Veja*, *Época* e *IstoE*, em esvaziar, rapidamente, o sentido de mudança que está fortemente determinado pela eleição de um presidente como Lula e pelo PT para governar o Brasil" (Paz, 2003, p. 13 *apud* Makhoul, 2009, p. 30).

Ou seja, a imprensa aqui considerada a partir de algumas matérias de jornais e revistas trataram a política externa no governo de Luiz Inácio Lula da Silva por conflitos e tensões, falências, já que o que estava sendo apresentado pelo governo e seus ministros eram contrários a essas matérias jornalísticas. Desse modo, esse capítulo três assim quis mostrar, que embora tenha enfrentado desafios e críticas, os resultados obtidos e o legado deixado são significativos e contribuiram para consolidar a posição do país um dos mais relevantes no mundo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É responsabilidade dos meios de comunicação divulgar as notícias de maneira precisa e imparcial. No entanto, diante da competição, esses meios e aqui no Brasil a chamada grande imprensa ou imprensa tradicional buscam apresentar as notícias mais relevantes e inéditas de acordo com seus interesses que são na maioria das vezes comerciais. Por vezes, podem ocorrer erros por falta de apuração adequada, levando à divulgação de informações incorretas. Além disso, essa prática pode ocorrer de forma intencional, visando obter exclusividade e ganhos financeiros. Os meios de comunicação são livres e atuam em plena condição para divulgarem informações que bem entendem.

Quando buscamos discutir o papel e cobertura dessa imprensa, sobre a questão política externa percebemos que teve sim, um impacto negativo no governo Lula, pois os principais veículos de informação do país adotaram um tom desfavorável a Lula durante sua cobertura nos seus mandatos (2002-2010). Essas abordagens fizeram com que diversos eleitores também adotassem uma postura mais crítica e de rejeição ao governo do petista. Alguns jornais foram ativos e críticos em relação às posições adotadas por essa corrente política. A surpresa de um governo classificado como de esquerda gerou divergências entre os jornais, porém todos mantiveram o foco na crítica a Lula e ao PT. Em linhas gerais, se opuseram ao governo durante o primeiro mandato.

No terceiro capítulo, estão as conclusões mais importantes desse trabalho e dessa pesquisa, pois vimos os mais importantes expoentes dos meios de comunicação registraram esse período. Os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estadão*, e a revista *Veja*, assim como a maioria da mídia brasileira, atuaram politicamente como oposição aos dois mandatos ao governo Lula. A análise feita neste destaca claramente esse viés oposicionista, principalmente a revista *Veja*, em que, na análise total a revista publicou 621 reportagens sobre o início do governo do PT, sendo que 252 delas abordaram os escândalos. Dados esse do estudo de Makhoul, 2009.

A *Folha de São Paulo* “entre 2003 e 2010, teve 4,8% dos editoriais classificados como positivos ou de apoio ao governo; 28,2% de editoriais negativos; 10,3% de editoriais considerados neutros. Outros 56,7% dos editoriais não foram classificados como assuntos relacionados à pesquisa”. (Carvalho, 2016, p. 371). Segundo Carvalho, em percentual aproximado teremos 65 % de artigos negativos. Já o *Estadão* com 69% negativo e 23% neutro. Neste caso, a cobertura de imprensa nos dois anos de seu governo, predominantemente negativa, foi uma das responsáveis por aumentar a distância entre alguns eleitores.

O argumento que o autor defende, é que a política externa observada entre 2002 e 2010 teve a influência dos principais veículos de informação do país. A fim de que uma parte importante dos votantes no Brasil apoiasse o Lulismo, outra parte, embora não tão numerosa, optasse pela oposição, sendo a cobertura da imprensa apontada como uma das razões desse fenômeno. Com isso, ainda segundo as palavras do autor temos argumentos para sugerir que a atuação da imprensa brasileira, teve um impacto negativo no governo do petista. Embora, os Documentos do Governo apontassem que o presidente Lula da Silva se beneficiava do crescimento econômico,

e também que “O Brasil nunca teve tanto prestígio”, o tom negativo da cobertura da imprensa sobre Lula não terminava.

Podemos dizer que o governo Lula e o PT não são inocentes e nem vítimas de alguns escândalos cometidos. Cometeram erros que precisavam ser noticiados pela imprensa. No entanto, o envolvimento político da revista *Veja*, *Estadão*, *Folha de São Paulo* e de boa parte da mídia em desbancar Lula do cargo resultou apenas no prejuízo do jornalismo em si, questionando a credibilidade dos meios de comunicação e suas motivações. Essa é a conclusão dos estudos que consultamos e com qual concordamos, o que deixa clara a urgência de uma revisão das leis que regulam a comunicação social, é imprescindível valorizar a aplicação dos princípios fundamentais no campo do jornalismo, como a verificação da informação antes de sua divulgação. Apenas assim será viável oferecer um conteúdo mais confiável aos leitores. Dessa forma, por meio da correta investigação dos acontecimentos, os meios de comunicação podem divulgar a informação embasada nos princípios do jornalismo.

Com esse estudo buscamos situar a questão historiografia com o capítulo primeiro sobre o objeto de estudo na História e o campo teórico sobre o que se entende por História Política e poder. Já no segundo momento foi importante apresentar o ano 2010 no Brasil, tempo, espaço e contexto do problema, a qual, foi preciso comentar um breve histórico da economia antes do governo Lula, e também os avanços do legado do PT. A questão mais central para perceber a forma que a imprensa tradicional tratou o caso da política externa foi apresentada no último capítulo desse trabalho, no qual apresentamos o papel da imprensa no governo Lula, as suas divulgações e ocultações através de alguns jornais e revistas, e também o próprio Documento do Governo para mostrar o outro lado da divulgação.

Assim, através deste trabalho, desejamos ter colaborado para ampliar o conhecimento acerca do jornalismo realizado pela principal e mais significativas revistas semanais de informação do Brasil e sua relação com o governo Lula, ou seja, buscamos uma abordagem política e da informação destacando que é uma discussão que se mostra cada vez mais essencial: a necessidade de regular a atuação da imprensa já que pode agir a critérios comerciais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ROCHA, Daniela Cristina Comin. O papel da América do Sul na inserção internacional do Brasil: uma análise do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). 2013.
- AMORIM, Celso. **A Política Externa Brasileira no Governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral**. Rev. bras. polít. Int. Pg, 214-240. Vol, 53. 25/Out, 2010.
- RICUPERO, Rubens. **A Política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010)**. Á sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intrasferível. 24 Pg. 29/maio, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a03n87.pdf> Acesso em 13/maio, 2021.
- BRASIL, Ministério da Fazenda. **Economia brasileira em perspectiva** - Edição 06 - Abril/Maio de 2010, p. 1-123. Disponível em: [https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/publicacoes-descontinuadas/economia-brasileira-em-perspectiva/economia\\_brasileira\\_em\\_perspectiva\\_pt\\_ed6\\_abr\\_mai2010.pdf/view](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/publicacoes-descontinuadas/economia-brasileira-em-perspectiva/economia_brasileira_em_perspectiva_pt_ed6_abr_mai2010.pdf/view); Acesso em: 16/10/2023.
- FLAMARION, Ciro. and Ronaldo Vainfas. "**Domínios da história**". Rio de Janeiro: Campus(1997).
- BUTZKE, Clóvis. "**Intelectuais, políticas e poder. Espaço Plural**". N. 10, p. 1-3, (2003).
- RÉMOND, René. "Tradução: Dora Rocha: "**Por uma história política**". 2 edição, FGV, Riode Janeiro- RJ, 2003.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, vol. 1, p. 33.
- BARROS, José D' Assunção. **Transformações na história econômica: considerações sobre as mudanças de modelos econômicos no decorrer da história**. v.13, n.2, p.35-58, 2010.
- BARROS, José D' Assunção. **História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micros poderes, do discurso e do imaginário político**. Educere et Educare, v. 4, n. 7, p. 147-162, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **História do poder, história política**. Estudos Ibero-Americanos, v. 23, n. 1, p. 123-141, 1997.
- DCM. **Diário do Centro do mundo, 2017**. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/era-lula-foi-a-melhor-fase-da-economia-brasileira-dos-ultimos-30-anos-diz-fgv> /Acesso

em 02/Abr, 2021.

AMORIM, Celso. **A Política Externa Brasileira no Governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral.** Rev. bras. polít. Int. Pg, 214-240. Vol, 53. 25/Out, 2010.

RICUPERO, Rubens. **À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).** Novos estudos CEBRAP, p. 35-58, 2010.

DA SILVA, Gisele Cristina Resende Fernandes. O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa. 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

FELIX, Aliny; DA SILVA, Edson Rosa Gomes. A gestão documental como suporte ao governo eletrônico: caso da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC). Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico, v. 1, n. 2, 2010.

BELIEIRO, José Carlos Martines. **Notas de análise sobre a era FHC (1994-2002).** Barbarói, n. 25, pág. 79, 2006.

IANONI, Marcus. Políticas públicas e Estado: o plano real. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 143-183, 2009.

CARVALHO, Leandro. **"Governo Fernando Henrique Cardoso"; *Brasil Escola*.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

CRUZ, Adriano Charles. **A charge no governo Lula: crítica e resistência ao neoliberalismo.** EDUFERN, 2018.

SILVA, Joaquim Neto Fernandes et al. As relações comerciais do Brasil com a União Europeia no governo Lula (2003-2010). 2014.

Marcato, Tais. "A representação do operário em Peões." Peões (2004).

KECK, Margaret E. **PT-A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira.** 2010.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia, v. 1, p. 1-26, 1964.

RADERMACHER, Reiner; MELLEIRO, Waldeli. Mudanças no cenário sindical brasileiro sob o governo de Lula. Nueva Sociedad, v. 211, p. 124-143, 2007.

Reforma trabalhista: PT provou ser possível gerar empregos sem cortar direitos. Site do PT, 2022. Disponível em: URL: <https://pt.org.br/reforma-trabalhista-pt-provou->

ser-possivel-gerar-empregos-sem-cortar-direitos/ Acesso em: 31/08/2023.

DE ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. A política social no governo Lula. *Novos EstudosCebap*, v. 70, p. 7-17, 2004.

JUNIOR, José Carlos Martines Belieiro. Economia e política da transição democrática no Brasil: uma análise dos governos FHC, Lula e Dilma. *Novos Rumos Sociológicos*, v. 4, n. 5, p. 198-213, 2016.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. *RevistaEconomia & Tecnologia*, v. 7, 2011.

LIMA, M. N. et al. Fome e mídia: um estudo das matérias em jornais nacionais de grandecirculação. 2018.

BRASIL, Renata Roth. Jornalismo impresso x notícia na internet uma comparação entre ascoberturas do jornal o Globo e do portal Globo online. 2006.

GHIZZONI, Manuela. Jornalismo regional como mediador social: uma análise de conteúdo. *Revista Vernáculo*, n. 32, 2013.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileirade História da Educação*, v. 12, n. 01, p. 45-70, 2012.

CARVALHO, Guilherme. Diretrizes para a análise de discurso em jornalismo. *RevistaUNINTER de Comunicação*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 2013.

GUILHERME, Cássio Augusto SA. *Revista Veja e o MST durante o Governo Lula/PT*. 2008.

MAKHOUL, Fábio Jammal. A cobertura da revista *Veja* no primeiro mandato do presidenteLula. 2009

LIEDTKE, Paulo Fernando et al. Governando com a mídia: duplo agendamento e enquadramento no governo Lula (2003-2006). 2006.

DA SILVA, Juremir Machado. O governo Lula em revista: o jornalismo como fenômeno de descobrimento (a cobertura de *Veja*). *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, n. 29, p. 7-15, 2006.

DE TOLEDO, César de Alencar Arnaut; JUNIOR, Oriomar Skalinski. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 12, n. 48, p. 255-268, 2012.

COSTA, Raimundo. ULHÔA, Raquel. *Brasília*, Folha de São Paulo, 09 de mar. De 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u47866.shtml> Acesso em 11/11/2023.

CARVALHO, Rodrigo. O governo Lula e a mídia impressa: estudo sobre a construção de umpensamento hegemônico. 2016

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; BERGER, Christa; VAZ, Paulo Bernardo. Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja. Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, v. 3, n. 2, p. 20-44, 2016.

EDITORIAL. **Prioridade é pobreza, diz documento.** Folha de são Paulo, 13 de abr de 2003, p. A 2. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1304200303.htm>. Acesso em: 17/04/2024.

EDITORIAL. **Lula quer intensificar e diversificar parcerias internacionais.** Folha de são Paulo, 05 de Jan. De 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74949.shtml>. Acesso em 17/04/2024.

VIZENTINI, P. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). Civitas -Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, p. 381-397, jul./dez. 2005.

FARIA, C. A. P. A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados. Interseções, v. 14, n. 2, p. 335-371, 2012.

MARCELO, Abreu. **Falência Estratégica.** Estadão, 14 de Dez. 2009. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/falencia-estrategica/>. Acesso em: 17/04/2024.

BARBOSA, Rubens. **Assistência Financeira ao Exterior.** Estadão, 12 de Out. 2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio/assistencia-financeira-ao-exterior-imp-/>. Acesso em 17/04/2024.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de entrega do Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Buscada Paz – Paris, 7 de julho de 2009. Atualizado em 08 de nov de 2022: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-entrega-do-premio-felix-houphouet-boigny-pela-busca-da-paz-paris-07-de-julho-de-2009> Acesso em: 14/10/2023.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto internacional, v. 29, p. 273-335, 2007.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Brasil nunca teve tanto prestígio, diz Amorim (Entrevista do Ministro Celso Amorim ao jornal Gazeta Mercantil. 19 de Out, 2006. Atualizado em 27 de junho de 2023: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/entrevistas-mre/celso->

[amorim-2003-2010/entrevista-concedida-pelo-ministro-das-relacoes-exteriores-embaxador-celso-amorim-ao-jornal-gazeta-mercantil-brasilia-df-19-10-2006](#)  
Acesso em: 14/10/2023.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Lula faz política externa que povo quer, diz Amorim (Entrevista do Ministro Celso Amorim à Agência Reuters, 13/10/2006), 13 Out, 2006. Atualizado em 27 de jun de 2023:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/entrevistas-mre/celso-amorim-2003-2010/entrevista-concedida-pelo-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaxador-celso-amorim-a-agencia-reuters-brasilia-df-13-10-2006> Acesso em: 12/10/2023.

CAPPELLARI, Thuanny; NEGRINI, Michele. A Imagem de Dilma e Lula na Capa da Revista Veja de 29 de Outubro de 2014.